



**Informações Contábeis
Intermediárias 2T25**

Informações Contábeis Intermediárias

C&A Modas S.A.

30 de junho de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

C&A Modas S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais	1
Informações contábeis intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações dos valores adicionados	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da C&A Modas S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC SP-172167/O

C&A Modas S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	782.580	1.262.270	832.715	1.403.225
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	171.162	169.310
Contas a receber	9	770.265	1.076.795	1.444.655	1.862.821
Estoques	12	1.159.940	1.032.231	1.159.940	1.032.231
Tributos a recuperar	13	483.736	469.885	487.000	470.354
Derivativos	35.2	-	18.255	-	18.255
Outros ativos	15	81.245	37.186	81.484	37.197
Total do ativo circulante		3.277.766	3.896.622	4.176.956	4.993.393
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários – FIDC	8	616.404	854.604	-	-
Tributos diferidos	16	514.066	544.580	488.666	530.141
Tributos a recuperar	13	922.740	1.127.692	922.740	1.127.692
Depósitos judiciais	14	127.696	144.935	127.705	144.940
Derivativos	35.2	746	6.551	746	6.551
Outros ativos	15	4.558	4.752	4.558	4.752
Total do ativo realizável a longo prazo		2.186.210	2.683.114	1.544.415	1.814.076
Investimento	17	215.149	187.647	-	-
Imobilizado	18	840.123	823.714	840.123	823.714
Direito de uso – arrendamento mercantil	21	1.454.761	1.529.909	1.454.761	1.529.909
Intangível	19	853.649	892.807	853.649	892.807
Total do ativo não circulante		5.549.892	6.117.191	4.692.948	5.060.506
Total do ativo		8.827.658	10.013.813	8.869.904	10.053.899

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	22	1.163.730	1.877.357	1.176.724	1.889.243
Obrigações de risco sacado	23	270.855	350.043	270.855	350.043
Empréstimos e debêntures	24	424.660	456.541	424.660	456.541
Arrendamentos	21	364.353	352.734	364.353	352.734
Obrigações trabalhistas	25	261.158	276.780	263.247	279.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30	101.934	101.934	101.934	101.934
Tributos a recolher	26	138.800	373.489	143.236	375.899
Derivativos	35.2	23.219	319	23.219	319
Outros passivos	28	18.508	24.033	38.084	43.733
Total do passivo circulante		2.767.217	3.813.230	2.806.312	3.850.272
Não circulante					
Fornecedores	22	6.230	218	6.230	218
Empréstimos e debêntures	24	843.176	1.041.472	843.176	1.041.472
Arrendamentos	21	1.387.101	1.474.142	1.387.101	1.474.142
Obrigações trabalhistas	25	16.469	20.310	16.469	20.310
Derivativos	35.2	129	-	129	-
Tributos a recolher	26	14.694	15.389	14.694	15.389
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	281.920	290.012	285.069	293.052
Outros passivos	28	55.034	50.556	55.034	50.556
Total do passivo não circulante		2.604.753	2.892.099	2.607.902	2.895.139
Total do passivo		5.371.970	6.705.329	5.414.214	6.745.411
Patrimônio líquido					
Capital social	29	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria	29	(48.190)	(34.365)	(48.190)	(34.365)
Reserva de capital		23.139	49.287	23.139	49.287
Reserva de lucros		1.439.134	1.439.134	1.439.134	1.439.134
Resultados abrangentes		(9.959)	7.251	(9.959)	7.251
Lucros acumulados		204.387	-	204.387	-
Total participação de controladores		3.455.688	3.308.484	3.455.688	3.308.484
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2	4
Total do patrimônio líquido		3.455.688	3.308.484	3.455.690	3.308.488
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.827.658	10.013.813	8.869.904	10.053.899

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)



Controladora

	Nota	Trimestre findo		Semestre findo	
		01/04/2025 a	01/04/2024 a	01/01/2025 a	01/01/2024 a
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita líquida	31	2.000.879	1.748.221	3.535.422	3.111.086
Venda de mercadorias e serviços		1.977.618	1.716.772	3.489.557	3.051.148
Produtos e serviços financeiros		23.261	31.449	45.865	59.938
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	32	(891.533)	(805.700)	(1.631.515)	(1.488.390)
Venda de mercadorias e serviços		(891.478)	(805.628)	(1.631.402)	(1.488.242)
Produtos e serviços financeiros		(55)	(72)	(113)	(148)
Lucro bruto		1.109.346	942.521	1.903.907	1.622.696
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	32	(635.484)	(565.009)	(1.195.805)	(1.086.711)
Gerais e administrativas	32	(251.096)	(203.197)	(469.023)	(406.593)
Equivalência patrimonial	17	17.333	8.769	27.436	13.295
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	141.577	39.460	157.974	103.773
Lucro antes do resultado financeiro		381.676	222.544	424.489	246.460
Resultado de variação cambial		(3.592)	(9.051)	(1.376)	(10.982)
Despesas financeiras		(169.629)	(139.135)	(326.066)	(292.489)
Receitas financeiras		59.138	31.523	115.998	170.994
Resultado FIDC C&A Pay		15.763	8.507	61.800	50.089
Resultado financeiro	33	(98.320)	(108.156)	(149.644)	(82.388)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		283.356	114.388	274.845	164.072
Impostos sobre o lucro	16	(83.043)	(30.529)	(70.458)	(9.359)
Lucro líquido do período		200.313	83.859	204.387	154.713

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)



Consolidado

	Nota	Trimestre findo		Semestre findo	
		01/04/2025 a	01/04/2024 a	01/01/2025 a	01/01/2024 a
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita líquida	31	2.058.463	1.831.609	3.670.545	3.284.617
Venda de mercadorias e serviços		1.972.859	1.714.042	3.488.481	3.053.182
Produtos e serviços financeiros		85.604	117.567	182.064	231.435
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	32	(891.586)	(805.792)	(1.631.670)	(1.488.451)
Venda de mercadorias e serviços		(891.478)	(805.627)	(1.631.402)	(1.488.158)
Produtos e serviços financeiros		(108)	(165)	(268)	(293)
Lucro bruto		1.166.877	1.025.817	2.038.875	1.796.166
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	32	(636.834)	(572.192)	(1.203.606)	(1.106.205)
Gerais e administrativas	32	(251.412)	(203.526)	(469.648)	(407.293)
Perdas em créditos, líquida	9.6	(40.153)	(69.052)	(69.793)	(110.056)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	140.792	39.462	157.189	103.779
Lucro antes do resultado financeiro		379.270	220.509	453.017	276.391
Resultado de variação cambial		(3.592)	(9.051)	(1.376)	(10.982)
Despesas financeiras		(150.999)	(128.146)	(296.748)	(272.883)
Receitas financeiras		58.650	33.738	115.313	175.554
Resultado com títulos e valores mobiliários		8.865	1.950	18.592	2.903
Resultado financeiro	33	(87.076)	(101.509)	(164.219)	(105.408)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		292.194	119.000	288.798	170.983
Impostos sobre o lucro	16	(91.882)	(35.140)	(84.414)	(16.269)
Lucro líquido do período		200.312	83.860	204.384	154.714
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		(1)	1	(3)	1
Controladores		200.313	83.859	204.387	154.713
Lucro básico por ação - em R\$	38	0,6613	0,2750	0,6747	0,5074
Lucro básico por ação diluído - em R\$	38	0,6464	0,2675	0,6018	0,4992

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)



Controladora				
	01/04/2025 a	01/04/2024 a	01/01/2025 a	01/01/2024 a
Nota	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	200.313	83.859	204.387	154.713
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	1.740	6.311	(25.533)	7.722
Outros resultados abrangentes (a)	(494)	(397)	(358)	(345)
Efeitos tributários	(592)	(2.146)	8.681	(2.626)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	654	3.768	(17.210)	4.751
Total do resultado abrangente	200.967	87.627	187.177	159.464

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

Consolidado				
	01/04/2025 a	01/04/2024 a	01/01/2025 a	01/01/2024 a
Nota	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	200.312	83.860	204.384	154.714
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	1.740	6.311	(25.533)	7.722
Outros resultados abrangentes (a)	(494)	(397)	(358)	(345)
Efeitos tributários	(592)	(2.146)	8.681	(2.626)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	654	3.768	(17.210)	4.751
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas:				
Não controladores	(1)	1	(3)	1
Controladores	200.967	87.627	187.177	159.464
	200.966	87.628	187.174	159.465

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)



	Nota	Reserva de capital		Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais					Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado (*)		1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	65.208	75.720	14.560	947.612	(586)	-	2.991.072	3	2.991.075
Instrumentos patrimoniais outorgados -														
Remuneração baseada em ações	11	-	-	-	6.907	-	-	-	-	-	-	6.907	-	6.907
Recuperação de ações		-	(29.300)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.300)	-	(29.300)
Ações liquidadas (i)		-	6.497	-	(13.950)	-	-	-	-	-	-	(7.453)	-	(7.453)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	154.713	154.713	1	154.714
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	4.751	-	4.751	4.751	-	4.751
Em 30 de junho de 2024		1.847.177	(31.301)	10.516	32.320	65.208	75.720	14.560	947.612	4.165	154.713	3.120.690	4	3.120.694
Em 31 de dezembro de 2024		1.847.177	(34.365)	10.516	38.771	87.832	75.720	36.677	1.238.905	7.251	-	3.308.484	4	3.308.488
Instrumentos patrimoniais outorgados -														
Remuneração baseada em ações	11	-	-	-	7.297	-	-	-	-	-	-	7.297	-	7.297
Recuperação de ações		-	(36.039)	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.039)	-	(36.039)
Ações liquidadas (i)		-	22.214	-	(33.445)	-	-	-	-	-	-	(11.231)	-	(11.231)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	204.387	204.387	(2)	204.385
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(17.210)	-	(17.210)	-	(17.210)
Em 30 de junho de 2025		1.847.177	(48.190)	10.516	12.623	87.832	75.720	36.677	1.238.905	(9.959)	204.387	3.455.688	2	3.455.690

(i) Em março de 2024 e abril de 2025 foram liquidadas as ações do plano de remuneração PSU 2021 e plano de 2022, respectivamente. (vide movimentação na nota 11).

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 3.4

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos sobre a renda		274.845	Reapresentado (*) 164.072	288.798	Reapresentado (*) 170.983
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa:					
Constituição (Reversão) de perdas de crédito esperadas	9.6	(14.266)	209	52.104	110.505
Ajuste a valor presente do contas a receber, estoques e fornecedores		3.426	86	3.426	86
Despesas com remuneração baseada em ações	11	7.297	6.907	7.297	6.907
Constituição de perdas nos estoques	12.3	45.335	41.125	45.335	41.125
(Ganho)Reconhecimento de processos tributários	13.2.1.d	(36.495)	(182.707)	(36.495)	(182.707)
Equivalência patrimonial	17.2	(27.436)	(13.295)	-	-
	18.2.1 e	170.136	175.368	170.136	175.414
Depreciação e amortização	19.3				
Constituição (Reversão) de perdas por redução ao valor recuperável	20.1	(6.926)	15.750	(6.926)	15.750
Resultado na venda ou baixa do imobilizado e intangível		12.103	310	12.888	310
Amortização do direito de uso	21.3.1	185.176	181.138	185.176	181.138
Baixa de passivo de arrendamento	21.3.1	(7.335)	(4.448)	(7.335)	(4.448)
Juros sobre arrendamentos	21.3.1	93.803	81.442	93.803	81.442
Despesas com empréstimos e debêntures	24.3	87.720	103.085	87.720	103.085
Juros com fornecedores	33	42.119	32.783	42.119	32.783
Operações com derivativos		21.556	-	21.556	-
Constituição de perdas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		21.185	(36.893)	21.294	(34.771)
Atualização de depósitos judiciais		(3.736)	(6.371)	(3.736)	(6.371)
Resultado com títulos e valores mobiliários		-	-	(18.587)	(7.871)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		322.987	277.785	368.319	190.522
Estoques		(181.864)	(253.861)	(181.864)	(253.944)
Fornecedores		(31.141)	(152.114)	(30.033)	(161.288)
Fornecedor Bradescard (**)	22.2	(650.648)	-	(650.648)	-
Obrigações de risco sacado		(79.188)	(78.235)	(79.188)	(78.235)
Impostos, taxas e contribuições		18.680	33.282	18.229	31.763
Obrigações trabalhistas		(30.694)	(29.545)	(31.651)	(28.829)
Processos tributários, cíveis e trabalhistas		(29.277)	(18.821)	(29.277)	(20.041)
Depósitos judiciais		20.975	12.166	20.971	12.181
Outros passivos		(6.418)	750	(6.541)	5.815
Outros ativos		(43.865)	(15.750)	(44.093)	(15.818)
Títulos e valores mobiliários		238.200	(6.588)	16.736	(5.512)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(57.731)	(49.293)	(61.045)	(49.475)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		358.523	278.337	268.488	310.499
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	18	(144.839)	(31.367)	(144.839)	(31.367)
Aquisição de intangível	19	(72.574)	(68.377)	(73.359)	(68.376)
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		41	52	41	52
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento		(217.372)	(99.692)	(218.157)	(99.691)
Atividades de financiamento					
Custos de transação de empréstimos/debêntures	24	(267)	(434)	(267)	(434)
Pagamento do principal dos empréstimos	24	(228.382)	(360.000)	(228.382)	(360.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos	24	(89.248)	(110.083)	(89.248)	(110.083)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	21	(266.905)	(256.450)	(266.905)	(256.450)
Recuperação de ações	29.3	(36.039)	(29.300)	(36.039)	(29.300)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(620.841)	(756.267)	(620.841)	(756.267)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(479.690)	(577.622)	(570.510)	(545.459)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.262.270	1.130.245	1.403.225	1.155.588
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		782.580	552.623	832.715	610.129

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 3.4.

(**) Pagamento referente à aquisição do direito de exploração de serviços financeiros, também chamado de "balcão Bradesco" (Nota.2.2)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.696.528	4.110.026	4.834.448	4.285.734
Outras receitas operacionais	180.162	93.039	178.216	94.282
Provisão, reversão e perda de recebíveis	51	171	(69.742)	(109.885)
	4.876.741	4.203.236	4.942.922	4.270.131
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod. merc. e serv. Vendidos	(1.604.408)	(1.456.816)	(1.604.408)	(1.456.733)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(586.871)	(441.053)	(589.146)	(453.307)
Provisão, reversão e perda de outros ativos	(19.238)	(40.695)	(20.023)	(40.695)
	(2.210.517)	(1.938.564)	(2.213.577)	(1.950.735)
Valor adicionado bruto	2.666.224	2.264.672	2.729.345	2.319.396
Depreciação e amortização	(170.193)	(175.368)	(170.193)	(175.414)
Depreciação do direito de uso	(185.175)	(181.138)	(185.175)	(181.138)
Retenções	(355.368)	(356.506)	(355.368)	(356.552)
Valor adicionado líquido produzido	2.310.856	1.908.166	2.373.977	1.962.844
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	27.436	13.295	-	-
Receitas financeiras	217.968	242.816	175.953	201.369
	245.404	256.111	175.953	201.369
Valor adicionado total a distribuir	2.556.260	2.164.277	2.549.930	2.164.213
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	523.387	470.005	528.703	476.948
Remuneração direta	373.143	348.379	377.345	353.983
Benefícios	78.057	75.634	78.598	75.954
F.G.T.S.	33.486	31.344	33.835	31.565
Outros	38.701	14.648	38.925	15.446
Impostos, Taxas e contribuições	1.352.839	1.094.597	1.370.513	1.107.192
Federais	497.294	371.253	516.420	382.177
Estaduais	823.936	691.191	821.991	692.430
Municipais	31.609	32.153	32.102	32.585
Remuneração de capitais de terceiros	475.647	444.962	446.330	425.359
Aluguéis	117.440	114.716	117.440	114.716
Despesas financeiras	358.207	330.246	328.890	310.643
Remuneração de capitais próprios	204.387	154.713	204.384	154.714
Lucros retidos	204.387	154.713	204.387	154.713
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(3)	1
Distribuição do valor adicionado	2.556.260	2.164.277	2.549.930	2.164.213

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Controladora”) tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, possui 45,04% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3” e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como “Grupo” ou “Consolidado”, desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

- I. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

- I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
- II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
- III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
- IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 333 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2024), abastecidas por 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 1 operação logística. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Transações e eventos significativos

2.1. Alienação dos direitos da carteira do cartão bandeirado Bradescard

Em 23 de junho de 2025, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, a Companhia celebrou o Termo de Transação e Encerramento do Contrato de Parceria com o Banco Bradesco S.A. e Banco Bradescard S.A., através do qual encerrou a parceria mantida entre as partes desde 2009. Nos termos de referido documento a Companhia alienou os direitos relacionados à carteira do cartão bandeirado Bradescard, pelo montante de R\$170.000.

Esse valor foi registrado, como outras receitas operacionais. líquido de impostos.



2.2. Quitação de valores devidos ao Bradescard

Também em 23 de junho de 2025, a Companhia quitou os valores devidos ao Banco Bradesco S.A., referentes à recompra dos direitos de ofertar produtos e serviços financeiros aos seus clientes, os quais eram explorados exclusivamente pelo Banco Bradesco S.A. e Banco Bradescard S.A.. O montante de R\$650.648 estava registrado na conta de fornecedores e o vencimento original era 31 de julho de 2025 (nota 22.2).

3. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo ao trimestre findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") que é correlata à norma internacional de relatório financeiro (IFRS) IAS 34 - Interim Financial Reporting Standards emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2025 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2025.

3.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.



3.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o trimestre, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3.4. Reapresentação das informações contábeis intermediárias para melhor apresentação

Após a divulgação das informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024, a Administração identificou a necessidade de aprimorar a apresentação de alguns quadros e notas explicativas:

3.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Juros com Fornecedores: Os juros incorridos e não pagos sobre fornecedores, anteriormente apresentados na rubrica de “fornecedores”, foram reclassificados para “juros com fornecedores”. Este ajuste impactou apenas a movimentação entre linhas na demonstração dos fluxos de caixa, sem afetar a geração de caixa operacional.

Transações com Partes Relacionadas: Os saldos das transações com partes relacionadas, que antes eram apresentados na rubrica de “partes relacionadas”, foram reclassificados para as contas que refletem a natureza da operação. Este ajuste também impactou apenas a movimentação entre linhas na demonstração dos fluxos de caixa, sem afetar a geração de caixa operacional.

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2024			30/06/2024		
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Atividades operacionais						
Juros com fornecedores	-	32.783	32.783	-	32.783	32.783
Variações nos ativos e passivos:						
Contas a receber de clientes	277.840	(55)	277.785	190.528	(6)	190.522
Partes relacionadas	6.656	(6.656)	-	(2.670)	2.670	-
Outros créditos	(15.778)	28	(15.750)	(15.846)	28	(15.818)
Fornecedores	(126.014)	(26.100)	(152.114)	(125.813)	(35.475)	(161.288)
Impostos, taxas e contribuições	32.371	(2.888)	29.483	30.852	(2.888)	27.964
Impostos de renda e contribuição social pagos	(52.181)	2.888	(49.293)	(52.363)	2.888	(49.475)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	278.337	-	278.337	310.499	-	310.499

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 3.4.

**3.4.2 Nota explicativa de Outros Ativos**

A Administração revisou a apresentação da nota explicativa do grupo “Outros Ativos” e, com o objetivo de refletir de forma mais adequada a natureza econômica dos saldos, reapresentou algumas rubricas.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Despesas antecipadas - serviços de tecnologia	15.458	3.721	19.180	15.458	3.721	19.180
Despesas antecipadas - serviços diversos	7.041	(84)	6.956	7.041	(84)	6.956
Outros créditos	4.919	(3.637)	1.282	4.919	(3.637)	1.282
	41.938	-	41.938	41.949	-	41.949
Ativo circulante	37.186		37.186	37.197		37.197
Ativo não circulante	4.752		4.752	4.752		4.752

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 3.4.

3.4.3 Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido

Devido à reapresentação da demonstração de resultado de 2023, em função das correções dos saldos de arrendamento mercantil, o Grupo está reapresentando o saldo inicial da Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido de 2024.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	<u>Reserva de Capital</u>					<u>Reservas de lucros</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total controladores</u>	<u>Participação de não controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
	<u>Ajuste</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Outras reservas de capital</u>		<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>				
Em 1º de janeiro de 2024	(a)	1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	1.124.744	(586)	-	3.012.716	3	3.012.719
Ajustes para correção de erros, líquidos dos impostos	(a)	-	-	-	-	(21.644)	-	-	(21.644)	-	(21.644)
Em 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado (*)		1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	1.103.100	(586)		2.991.072	3	2.991.075
Instrumentos patrimoniais outorgados -											
Remuneração baseada em ações		-	-	-	6.907	-	-	-	6.907	-	6.907
Recompra de ações		-	(29.300)	-	-	-	-	-	(29.300)	-	(29.300)
Ações liquidadas		-	6.497	-	(13.950)	-	-	-	(7.453)	-	(7.453)
Destinação do resultado:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	154.713	154.713	1	154.714
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	4.751	-	4.751	-	4.751
Em 30 de junho de 2024		1.847.177	(31.301)	10.516	32.320	1.103.100	4.165	154.670	3.120.691	4	3.120.695

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 3.4.



4. Base de consolidação

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todas as transações e saldos entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia, de suas controladas e do fundo de investimento FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a única titular das cotas e está exposta aos riscos e benefícios do fundo.

	Controladas Diretas		Controladas Indiretas	Fundo de Investimento
Participação	Orion	C&A Pay Holding	C&A Pay SCD	C&A Pay FIDC
30/06/2025	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%
31/12/2024	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%

4.1. Orion Instituição de Pagamento S.A. (“Orion”)

A Orion Instituição de Pagamento S.A tem como objeto social a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento.

4.2. C&A Pay Holding Financeira Ltda (“C&A Pay Holding”)

A C&A Pay Holding Financeira Ltda tem como objeto social a participação societária junto a instituição financeira do Grupo C&A. A companhia detém o controle societário direto da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., instituição financeira autorizada pelo BACEN a operar na modalidade de concessão de crédito direto aos seus consumidores finais, estando, portanto, sujeita às normas e regras operacionais estabelecidas por esse órgão regulador.

4.3. C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“C&A Pay SCD”)

A C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma instituição financeira autorizada pelo BACEN a operar na modalidade de concessão de crédito direto aos seus consumidores finais, estando, portanto, sujeita às normas estabelecidas por esse órgão regulador.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4.4. C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados ("C&A Pay FIDC")

Em 2 de maio de 2023, foi iniciada a operação do FIDC C&A Pay – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, estruturado com a C&A Modas como única cotista. Na ocasião, o Fundo adquiriu a carteira de crédito vinculada ao C&A Pay, até então sob a responsabilidade da empresa Orion Instituição de Pagamento. A partir de maio de 2023, a gestão e a concessão de crédito do C&A Pay foram transferidas para a Sociedade de Crédito Direto (SCD) C&A Pay, que passou a atuar como originadora dos ativos e responsável pela cessão dos direitos creditórios ao referido fundo.

5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações contábeis.

(a) CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Em setembro de 2024, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 211 que torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução.

O normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 118, e não terá impacto em nossas demonstrações.

(b) ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Separadas e Consolidadas

A Resolução CVM nº 212, publicada em setembro de 2024, torna obrigatória a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para companhias abertas, aplicável a demonstrações contábeis individuais, separadas e consolidadas.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogando a Resolução CVM 124. Ela visa garantir consistência e transparência nas práticas contábeis, além de alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais. Essa norma não terá impacto em nossas demonstrações, uma vez que já aplicamos essa metodologia

**(c) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**

Em setembro de 2024, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

O normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e não terá impacto em nossas demonstrações.

(d) Emenda OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.

A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Companhia não espera impactos em suas divulgações.

(e) Resolução CVM nº 197/2023 - Regras Modelo do Pilar Dois

Buscando deixar a legislação nacional aderente às regras globais contra a erosão da base tributária (projeto BEPS - Pillar II), nos termos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), foi promulgada a Lei 15.079/24. Esta legislação determina que, de acordo com os critérios de cálculos definidos, sempre que a alíquota conjugada do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) for inferior a 15%, incidirá um adicional para que o percentual mínimo de tributação seja atingido. Essa regra tem vigência a partir de janeiro de 2025 e o pagamento adicional é exigido no ano seguinte. Com base nas projeções financeiras mais recentes, a Companhia estima que sua alíquota efetiva de tributação estará acima do limite mínimo exigido. Dessa forma, não se espera a incidência do adicional de CSLL previsto na Lei nº 15.079/24 no exercício de 2025.

5.2. Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes**(a) CBPS 1/ IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade**

A norma tem como objetivo exigir que as entidades divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, de forma a fornecer dados relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, apoiando a tomada de decisões quanto ao fornecimento de recursos à entidade.

**(b) CBPS 2 / IFRS 2 - Divulgações Relacionadas ao Clima**

Esta norma tem como objetivo estabelecer requisitos para a identificação, mensuração e divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima. Essas informações devem ser úteis aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, auxiliando na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.

A Companhia está avaliando a possível aplicação antecipada das normas CBPS 1 e CPBS 2.

(c) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

A norma tem como objetivo aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, com ênfase especial na demonstração do resultado, ao exigir a classificação das receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas.

Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração – subtotais de receitas e despesas que não estão especificados na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC – mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade.

A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações contábeis quanto nas respectivas notas explicativas.

A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração.

6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- (b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- (c) perdas estimadas de créditos;
- (d) perdas estimadas em estoques;
- (e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- (f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- (g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- (h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;



- (i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- (j) incentivos de curto e longo prazo – estimativa de atingimento de metas e precificação considerando modelos matemáticos;
- (k) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

A mensuração da provisão para os processos massificados cíveis e trabalhistas é obtida através da aplicação da média histórica de valores gastos e percentual de perda, considerando a fase em que o processo de se encontra. Processos trabalhistas em fase de execução são provisionados pelos valores atualizados das causas, com base nos cálculos realizados pelos assessores contábeis.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1. Política contábil material

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

7.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa		4.670	5.368	4.670	5.368
Bancos		15.008	23.879	45.160	146.288
Equivalentes de caixa:					
Conta remunerada	2% a 10% do CDI 97% a 103% do CDI	28.905	75.993	29.031	76.037
Certificado de depósito bancário (*)	CDI	733.997	1.157.030	753.854	1.175.532
		782.580	1.262.270	832.715	1.403.225

(*) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's"), podem ser resgatados a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

A redução no saldo de caixa e equivalente é decorrente principalmente da liquidação dos valores devidos ao Bradesco S.A. no valor de R\$650.648 relacionados à recompra dos direitos de ofertar produtos e serviços financeiros aos seus clientes (nota 2.2).

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8. Títulos e valores mobiliários

8.1. Política contábil material

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso do Grupo.

8.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
			30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (*)	SELIC	100%	-	-	170.037	160.704
FIDC - C&A Pay		100%	616.404	854.604	-	-
Fundo de investimento renda fixa			-	-	1.125	8.606
			616.404	854.604	171.162	169.310
Ativo circulante			-	-	171.162	169.310
Ativo não circulante			616.404	854.604	-	-

(*) O Grupo possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

8.3. FIDC C&A Pay

Em 02 de maio de 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado. As cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175/2022 e demais disposições legais regularmente aplicáveis.

Em 30 de junho de 2025 a totalidade das cotas emitidas pelo fundo é de titularidade da C&A.

A seguir está representada a estrutura de patrimônio do FIDC C&A Pay, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Série única	% PL do fundo	Quantidade	Valor da cota	Valor
30/06/2025	100,00%	683.068	0,9876	674.593
31/12/2024	100,00%	986.342	0,9542	941.213

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	21.232	117.035
Aplicações financeiras	7.554	10.374
Contas a receber	684.045	868.190
Outros créditos	64	8.407
Total do ativo	712.895	1.004.006
Passivo e patrimônio líquido		
Contas a pagar	38.302	62.793
Patrimônio líquido	674.593	941.213
Total do passivo e do patrimônio líquido	712.895	1.004.006

8.3.1. Conciliação Patrimônio líquido do FIDC x Patrimônio líquido FIDC consolidado

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido FIDC	674.593	941.213
Perdas esperada de créditos	(28.503)	(24.380)
Ajuste a valor presente	(15.978)	(14.901)
Ajustes de consolidação (*)	(13.708)	(47.328)
Patrimônio líquido FIDC - Consolidado	616.404	854.604

(*) Os ajustes de consolidação são compostos basicamente pela diferença da receita de juros registradas no FIDC, decorrente do efeito do deságio na operação de cessão de recebíveis. A carteira das operações parceladas com juros é cedida a valor de face, e a carteira parcelada sem juros, com deságio. Isto faz com a receita de juros seja maior no FIDC se comparada à operação original com cliente. Pelo fato do deságio se tratar de operações intragrupo, seu efeito é eliminado na consolidação.

O resultado do FIDC é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa nº 489, de 14 de janeiro de 2011, da CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios. Para as demonstrações contábeis, a apuração de receita e perdas de créditos estão sendo apuradas de acordo com as normas do IFRS/CPC e políticas contábeis do Grupo.

9. Contas a receber

9.1. Política contábil material

As contas a receber englobam os valores devidos pela venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e cartão digital próprio através do C&A Pay. As contas a receber são apresentadas a valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas conforme as diretrizes do CPC48.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data-base das demonstrações contábeis com base em taxas de mercado associadas a spread de risco da Companhia. As taxas médias utilizadas em 30 de junho de 2025 foram 1,17% a.m. (2024: 0,97% a.m.), sendo que a realização é registrada como receita de vendas. Essas taxas podem variar ao longo do tempo com base nas



condições do cenário econômico, impactando diretamente o ajuste a valor presente. A Administração considera essas variações na definição das taxas, ajustando as provisões de perdas esperadas conforme necessário.

9.2. Renegociação de Créditos

O Grupo adota políticas de renegociação de créditos para clientes com dificuldades de pagamento, que permitem ajustar os termos de pagamento de acordo com o perfil de crédito do cliente. Essas renegociações afetam o provisionamento de perdas esperadas, uma vez que as operações renegociadas são classificadas ao estágio 3 na disposição da carteira de recebíveis. Essas operações são mensuradas de maneira diferenciada, considerando o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado.

9.3. Composição das contas a receber

A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadoras de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias. O saldo das contas a receber é influenciado pela sazonalidade do negócio.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Operadoras de cartão		725.271	997.842	725.271	997.842
Cartão C&A Pay – partes relacionadas	(a)	37.373	53.276	-	-
Cartão C&A Pay – terceiros		-	-	1.075.319	1.225.708
Ajuste a valor presente		(11.429)	(13.686)	(27.408)	(28.587)
Perdas de crédito esperadas		(422)	(2.693)	(349.405)	(377.040)
Contas a receber clientes		750.793	1.034.739	1.423.777	1.817.923
Contas a receber – parceiros de negócios e partes relacionadas	(b)	19.472	54.152	20.878	56.994
Perdas de crédito esperadas		-	(12.096)	-	(12.096)
Outras contas a receber		19.472	42.056	20.878	44.898
Total das contas a receber		770.265	1.076.795	1.444.655	1.862.821

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio do Grupo e reembolso de compartilhamentos de despesas.

(b) Considera valor de R\$ 270 referente ao contas a receber com partes relacionadas da SCD em 30 de junho de 2025 (R\$846 em 2024), e valor de R\$ 61 referente com outros parceiros de negócios em 30 de junho de 2025 (R\$469 em 2024).

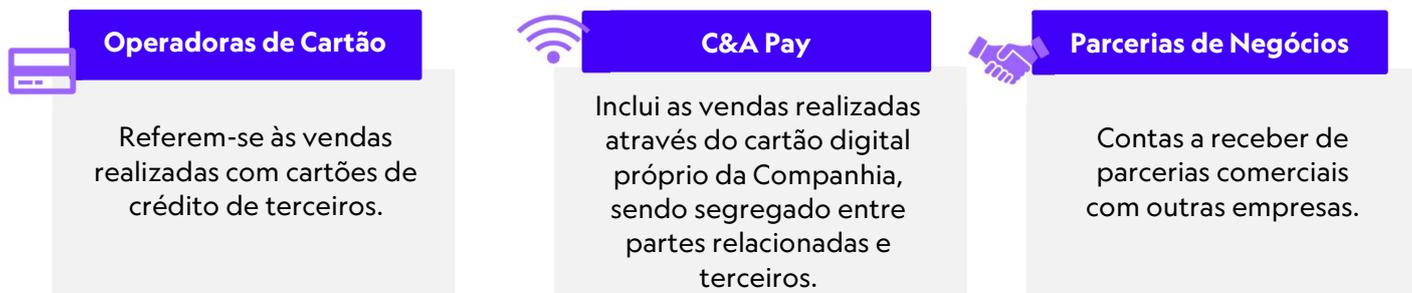
C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9.3.1. Segmentação por tipo de cliente

As contas a receber foram classificadas de acordo com o tipo de cliente para facilitar a análise do impacto financeiro e do risco de crédito:



9.4. Antecipação e cessão de recebíveis

A fim de gerir seu fluxo de caixa, o Grupo pode realizar operações de antecipação e cessão de recebíveis. Nos últimos 2 anos, o Grupo não realizou antecipações de recebíveis de cartão de crédito com terceiros.

9.4.1. Antecipação de recebíveis intragrupos

No primeiro semestre de 2025, a C&A Modas antecipou seus recebíveis com sua controlada C&A Pay SCD, totalizando R\$ 1.178.725, com um custo de R\$29.337 (comparado a R\$ 1.051.022 no mesmo período de 2024, que teve um custo de R\$ 19.628). As taxas aplicadas para essas antecipações foram de 1,19% a 1,25% a.m. (0,91% a.m. no mesmo período de 2024). Esses valores foram registrados como despesa financeira na empresa C&A Modas e como receita financeira na empresa C&A Pay SCD. As operações intragrupo foram eliminadas na consolidação (vide nota 33).

9.4.2. Cessão de Recebíveis ao FIDC

A SCD C&A Pay realiza a cessão de recebíveis ao FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) como uma ferramenta para gerir seu fluxo de caixa. A carteira de crédito gerada pelas operações de venda parcelada sem juros é cedida ao FIDC mediante a aplicação de um deságio. O tratamento contábil dessa operação impacta tanto os ativos financeiros quanto os resultados operacionais da controladora e controlada, porém, são eliminados na consolidação. Neste primeiro semestre de 2025 estas operações totalizaram o montante de R\$ 1.274.720 em novas cessões, com deságio apurado em R\$ 31.372 (para o primeiro semestre de 2024 registramos o montante de R\$ 1.176.212 com deságio de R\$ 20.434).

9.5. Composição da carteira de crédito C&A Pay por faixa de vencimentos de parcela

Os gráficos abaixo apresentam a composição da carteira de crédito da C&A Pay, segmentada por faixas de vencimento. Essa segmentação permite uma análise mais detalhada da qualidade da carteira de crédito, distinguindo entre recebíveis a vencer e vencidos, e possibilita a aplicação de estratégias de cobrança adequadas para cada faixa.

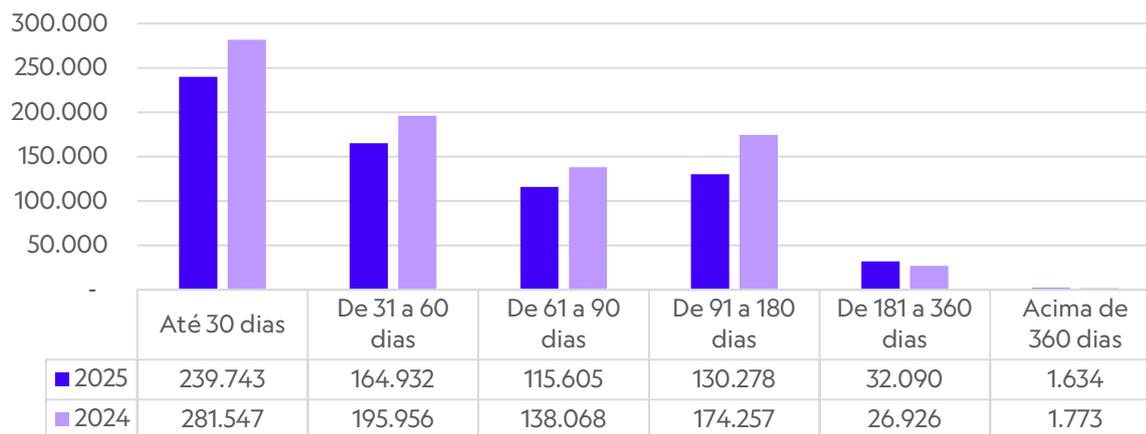


Total jun/2025: 684.282

Total dez/2024: 818.527

**FIDC C&A Pay
A vencer**

*Valores em milhares de reais (R\$)

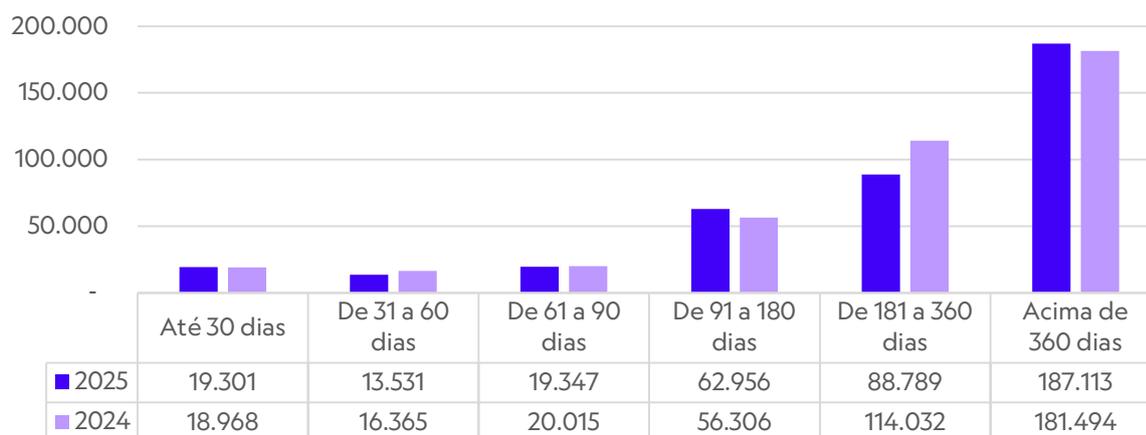


**FIDC C&A Pay
Vencidos**

Total jun/2025: 391.036

Total dez/2024: 407.181

*Valores em milhares de reais (R\$)



Total a vencer + vencidos jun/2025: 1.075.319

Total a vencer + vencidos dez/2024: 1.225.708

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9.6. Perdas esperadas em operações de crédito

9.6.1. Contexto Serviços Financeiros C&A Pay

O cartão digital C&A Pay tem como objetivo melhorar a experiência de compra dos clientes e apoiar as vendas no varejo. Este cartão de marca própria é aceito exclusivamente nas lojas C&A. Para sustentar essa operação, o Grupo implementou um sistema de concessão de crédito, utilizando ferramentas de análise para determinar o limite de crédito adequado a cada cliente.

9.6.2. Composição da Carteira e Perda Estimada por Estágio

As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito por estágio. Os ativos são classificados em:

- I. Estágio 1: Créditos sem risco significativo de inadimplência
- II. Estágio 2: Créditos com aumento significativo no risco de inadimplência
- III. Estágio 3: Créditos inadimplentes

As estimativas de perdas aumentam progressivamente conforme o risco de inadimplência avança entre os estágios, garantindo uma abordagem prudente na mensuração dos ativos.

Em 30 de junho de 2025, o Grupo provisionou 96,95% para os ativos vencidos entre 361 e 720 dias. Os ativos com inadimplência superior a 720 dias são baixados para prejuízo (*write-off*) revertendo por sua vez o provisionamento anteriormente constituído.

9.6.3. Política contábil material

O Grupo adota o modelo simplificado do CPC 48 para cálculo das perdas de crédito esperadas (PECLD), reconhecendo as perdas ao longo da vida dos ativos financeiros com base em dados históricos, projeções econômicas, avaliação contínua do risco e projeções futuras do comportamento de crédito.

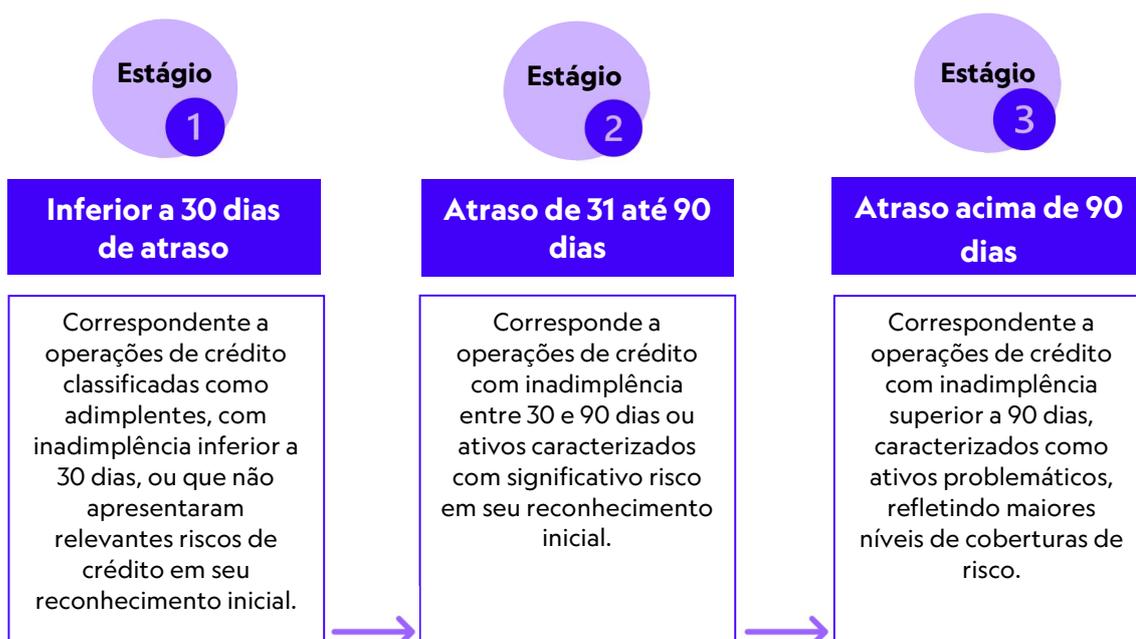
A metodologia considera tanto os saldos ativos quanto os limites de crédito não utilizados. Valores vencidos sem expectativa de recuperação são baixados como prejuízo (*write-off*), com reversão das provisões anteriores.

**9.6.4. Principais componentes do modelo de perda esperada**

O modelo de perda esperada garante que as operações de crédito sejam adequadamente provisionadas, assegurando que as perdas sejam mensuradas de maneira a refletir o risco de inadimplência ao longo do tempo.

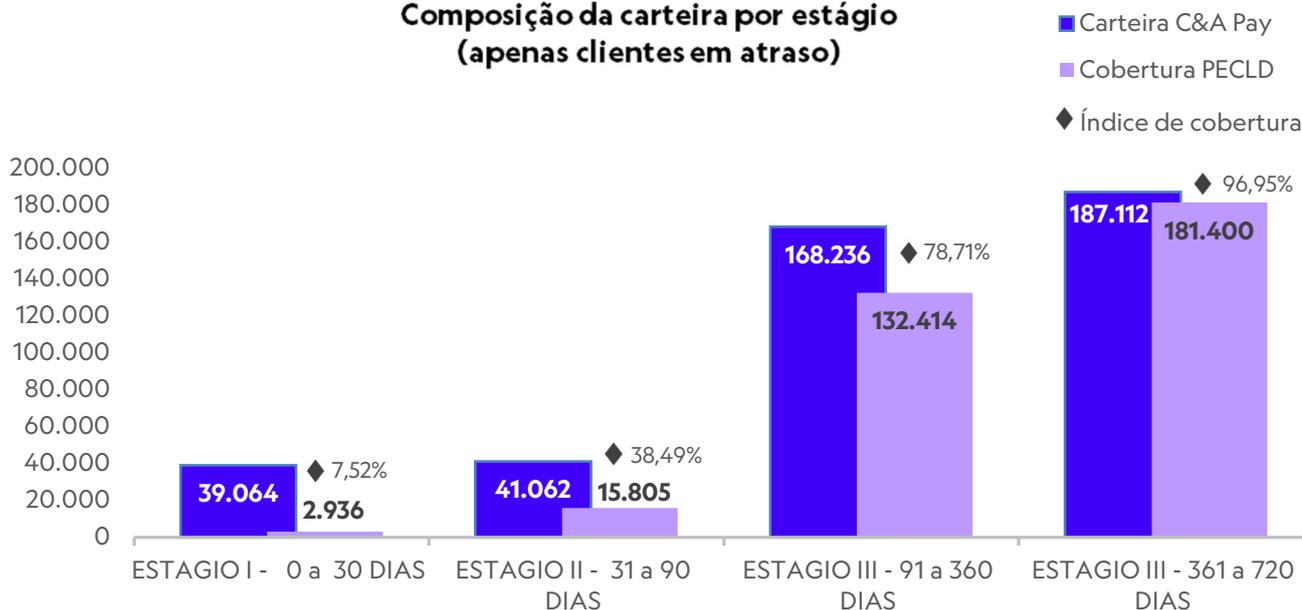
Este modelo visa o provisionamento das perdas de créditos esperadas ao longo da vida dos ativos financeiros, e não apenas quando essas perdas ocorrem. Essa abordagem baseia-se no comportamento histórico de risco e nas condições macroeconômicas.

O modelo de perda esperada é baseado em três estágios, que determinam como as perdas são mensuradas e reconhecidas, conforme a seguir:





**Composição da carteira por estágio
(apenas clientes em atraso)**



9.6.5. Composição da carteira e perda estimada por estágio

A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito do C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. Esses estágios representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

C&A Pay					
30/06/2025					
Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
	A Vencer	Vencida	Total		
Estágio 1	663.589	15.319	678.908	19.253	2,84%
Em dia	639.844	-	639.844	16.317	
Até 30 dias	23.745	15.319	39.064	2.936	
Estágio 2	11.185	29.877	41.063	15.805	38,49%
De 31 a 60 dias	6.167	10.434	16.601	4.178	
De 61 a 90 dias	5.018	19.443	24.462	11.627	
Estágio 3 - Até 360 dias	9.508	158.729	168.236	132.414	78,71%
De 91 a 120 dias	2.811	17.210	20.021	12.865	
De 121 a 150 dias	1.716	20.959	22.675	15.698	
De 151 a 180 dias	1.008	24.823	25.831	19.371	
De 181 a 360 dias	3.973	95.737	99.709	84.480	
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	187.112	187.112	181.400	96,95%
Acima de 360 dias	-	187.112	187.112	181.400	
Saldo carteira ativa (on balance)	684.282	391.037	1.075.319	348.872	32,44%
Limite de crédito disponível (Off Balance)	-	-	563.855	111	0,020%
Total Geral	-	-	1.639.174	348.983	21,29%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					32,45%

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024

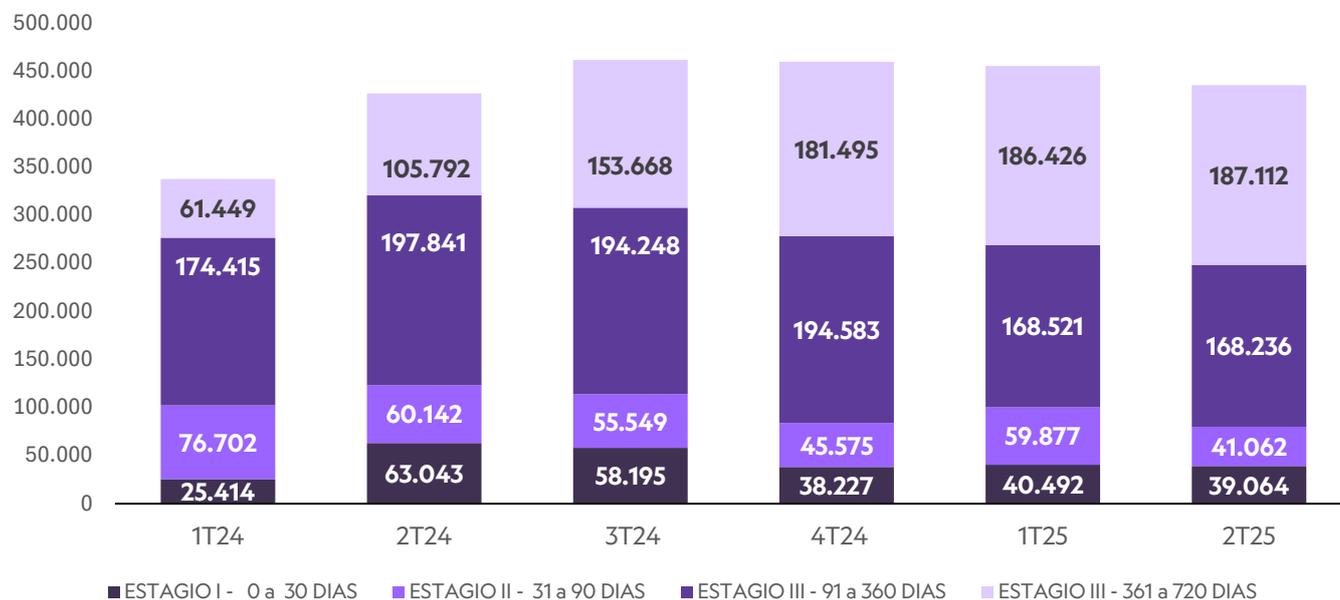
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	C&A Pay				
	31/12/2024				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
A Vencer	Vencida	Total			
Estágio 1	789.854	14.201	804.055	22.396	2,79%
Em dia	765.828	-	765.828	19.529	
Até 30 dias	24.026	14.201	38.227	2.867	
Estágio 2	13.135	32.440	45.575	14.139	31,02%
De 31 a 60 dias	6.963	11.996	18.959	4.025	
De 61 a 90 dias	6.172	20.444	26.616	10.114	
Estágio 3 - Até 360 dias	15.538	179.045	194.583	160.509	82,49%
De 91 a 120 dias	3.786	20.675	24.461	17.502	
De 121 a 150 dias	1.987	19.186	21.173	15.187	
De 151 a 180 dias	1.337	17.860	19.197	14.705	
De 181 a 360 dias	8.428	121.324	129.752	113.115	
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	181.495	181.495	177.159	97,61%
Acima de 360 dias	-	181.495	181.495	177.159	
Saldo carteira ativa (on balance)	818.527	407.181	1.225.708	374.203	30,53%
Limite de crédito disponível (Off Balance)			730.883	144	0,02%
Total Geral			1.956.591	374.347	19,13%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					30,54%

Carteira C&A Pay - Por Faixa de Atraso

*não considera operações em dia



9.6.6. Detalhamento da Qualidade da Carteira e estratégias de Cobrança

A qualidade da carteira de crédito da C&A Pay varia conforme a faixa de vencimento. Recebíveis de curto prazo (até 90 dias) apresentam menor risco de inadimplência e exigem menores provisões de perdas. Já os recebíveis vencidos (a partir de 91 dias) têm maior risco de inadimplência, necessitando de provisões mais robustas e estratégias intensivas de cobrança.

**9.6.7. Movimentação das perdas estimadas em crédito**

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito, tanto na controladora quanto no consolidado. Essa movimentação reflete as constituições e baixas realizadas durante os períodos indicados, com destaque para aumento no nível de constituição (novos provisionamentos) e redução nas baixas (classificação para *write-off*), em decorrência da mudança de metodologia de classificação de perdas esperadas (de 361 dias para 721 dias), conforme menção em Nota explicativa.9.6.4.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15.051)	(199.430)
(+) Constituição	(326)	(198.678)
(-) Baixa	588	8.972
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(14.789)	(389.136)
(+) Constituição	14.266	(52.104)
(-) Baixa	101	91.835
Saldo em 30 de junho de 2025	(422)	(349.405)
<i>Estimativa de perda C&A Pay</i>	-	(348.983)
<i>Estimativa de outras perdas</i>	(422)	(422)

Em 31 de março de 2025 o C&A PAY FIDC cedeu ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II recebíveis de cartão de crédito que já estavam baixados (com faixas de inadimplência superiores a 720 dias de atraso), no montante total de R\$97.145. Essa operação resultou numa recuperação de perdas de R\$3.886, registrada positivamente na linha “Perdas em créditos, líquida” na demonstração de resultado consolidado do grupo.

9.6.8. Gerenciamento de riscos de perda de crédito

O Grupo adota uma política de concessão de crédito alinhada às diretrizes de governança e gestão do portfólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação destes fatores proporcionou no primeiro semestre de 2025 um recebimento total de R\$44.931 provenientes de operações inadimplentes, mas ainda em carteira ativa entre 61 e 720 dias de atraso (R\$ 40.497 no período de 2024).

Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo as operações do Grupo dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e as demais empresas do Grupo para auxiliar em suas operações. As condições são comutativas e não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos ao Grupo. As transações são efetuadas:

- I. de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes, levando em consideração as regras de preço de transferência;
- II. a preços de mercado.

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024 não houve necessidade de reconhecimento de estimativa para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que o Grupo possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes	Condições
Controladoras			
COFRA Investments	Controladora direta	-	-
Incas SARL	Controladora direta	-	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-	-
Controladas			
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	Atividades de instituição de arranjos de pagamento e securitização de créditos	Preço negociado entre as partes
C&A Pay Holding Financeira Ltda	Controladas diretas	Controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	-
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	Instituição financeira que atua na condição de instituidora de arranjo de pagamento fechado e emissora e administradora dos cartões <i>private label</i> "C&A Pay"	Valor de mercado e preço entre as partes
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	Fundo de investimento que adquire direitos creditórios originados pelo cedente SCD C&A Pay, e tem a C&A Modas S.A. como única cotista	Preço negociado entre as partes
Associadas			
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de licenças de softwares	Preço negociado entre as partes
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	Serviços de intermediação de importação de mercadorias (<i>trading</i>)	Preço negociado entre as partes
COFRA Latin America Ltda	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de fianças em contratos de locação da C&A Brasil	Preço negociado entre as partes
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	Entidade fechada de previdência complementar destinada a funcionários do Grupo C&A	Preço negociado entre as partes
Instituto C&A	Associada, sob influência direta	Instituição de utilidade pública federal da qual a C&A é sócio apoiador, e que tem como foco de atuação: voluntariado, empreendedorismo e frente de apoios humanitários	Preço negociado entre as partes



Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

10.1. Transações nos balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber					
C&A Pay SCD	(a)	37.643	54.122	-	-
Instituto C&A	(b)	42	27	42	27
COFRA LA	(b)	7	6	7	6
Orion	(b)	6	430	-	-
Cyamprev		6	6	6	6
		37.704	54.591	55	39
Outros ativos					
C&A Service	(c)	-	19	-	19
Total do ativo com partes relacionadas		37.704	54.610	55	58

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio do Grupo e reembolso de compartilhamentos de despesas.

(b) Valor referente a compartilhamento de despesas entre partes relacionadas.

(c) Valor referente a pagamentos de licenças entre partes relacionadas.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores					
C&A Sourcing	(a)	65.887	96.744	65.887	96.744
FIDC C&A Pay	(c)	2.966	4.447	-	-
Cyamprev	(b)	823	1.717	842	1.756
C&A Pay SCD	(d)	193	156	-	-
COFRA LA		-	21	-	21
Orion		1	-	-	-
		69.870	103.085	66.729	98.521
Juros sobre capital próprio e dividendos					
COFRA Investments	(e)	26.564	26.564	26.564	26.564
Incas SARL	(e)	26.755	26.755	26.755	26.755
COFRA AG	(e)	3	3	3	3
		53.322	53.322	53.322	53.322
Total Passivo circulante		123.192	156.407	120.051	151.843

(a) Fornecedor de mercadoria

(b) Valor referente a contribuição mensal de previdência entre partes relacionadas.

(c) Valores a repassar por recebimentos de faturas.

(d) Valor referente a reembolso de despesas.

(e) Valor de encontra-se líquido de impostos

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2. Transações nas demonstrações do resultado do exercício

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Reembolso pelo compartilhamento de despesa					
Cyamprev		33	33	33	33
Instituto C&A		72	72	72	72
COFRA LA		43	38	43	38
Orion		36	36	-	-
C&A Pay SCD		543	592	-	-
		727	771	148	143
Despesas de serviços financeiros					
C&A Pay SCD	(a)	(24.657)	(21.605)	-	-
		(24.657)	(21.605)	-	-
Antecipação de recebíveis					
C&A Pay SCD		(29.337)	(19.628)	-	-
		(29.337)	(19.628)	-	-
Compras de mercadorias					
C&A Sourcing		(328.964)	(252.280)	(328.964)	(252.280)
		(328.964)	(252.280)	(328.964)	(252.280)
Compras de serviços					
C&A Services		(475)	(1.125)	(475)	(1.125)
COFRA LA		(125)	(120)	(125)	(120)
		(600)	(1.245)	(600)	(1.245)
Contribuições previdenciárias					
Cyamprev	(b)	(1.737)	(2.007)	(1.787)	(2.061)
		(1.737)	(2.007)	(1.787)	(2.061)

(a) Despesa de comissionamento das operações transacionadas pelo cartão C&A Pay;

(b) Neste montante estão contempladas a parcela empresa e a parcela que é devida pelo colaborador, retida na folha de pagamento e repassada à Cyamprev.

10.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 foram como segue:

	Nota	Controladora e Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024
Remuneração fixa		8.230	7.594
Remuneração variável		2.632	2.279
Contribuições planos pós empregatícios		52	48
Incentivo de longo prazo		2.776	2.970
Total sem encargos		13.690	12.891
Encargos estimados	(a)	17.525	8.432
Total com encargos		31.215	21.323

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025 foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2025, determinada no valor total sem encargos de até R\$37.250 (2024: R\$ 36.331).



11. Plano de remuneração baseado em ações

O Grupo conta com o plano de remuneração baseado em ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis.

A quantidade final de ações que o executivo poderá efetivamente receber ao final do período de *vesting* dependerá do nível de atingimento das metas de desempenho do Grupo, conforme fator de performance constante da matriz previsto em contrato.

O direito às ações será adquirido ao término do período de 3 (três) anos contado da data da outorga, desde que os executivos permaneçam, durante todo o respectivo período de *vesting*, como empregado, conselheiro, diretor ou profissional de qualquer natureza do Grupo.

Os encargos sociais incidentes sobre a remuneração baseada em ações são de responsabilidade do Grupo e será recolhido por ele no momento da liquidação do plano. Com relação aos tributos incidentes na entrega das ações, cuja responsabilidade seja do participante do plano, o Grupo poderá reter e descontar a parcela correspondente a esses tributos da quantidade total de ações, entregando ao executivo somente a quantidade líquida de ações após esta retenção.

11.1. Premissas

	Outorgas 2019	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025
	Lote 3	Lote único	Lote único	Lote único	Lote único
Modelo de precificação	Monte Carlo				
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	6,20%	12,785%	12,97%	11,00%	13,38%
Preço da ação considerado	16,89	2,51	4,98	9,50	17,47
Prazo de vida esperado	21/10/2025	23/03/2025	10/05/2026	18/04/2027	28/05/2028
Valor justo na data da mensuração	9,14	2,66	5,29	10,20	19,71
Volatilidade anualizada esperada	37,10%	57,58%	66,50%	65,04%	66,16%

Para o cálculo da volatilidade esperada dos retornos foi utilizado o histórico de volatilidade do grupo de pares formado por companhias de negócios similares às operações da C&A. A metodologia de cálculo utilizada foi desvio padrão dos retornos diários das ações dessas Companhias.

11.2. Quantidades de ações outorgadas por programa:

Programa	Data da outorga	Término da carência	Quantidade de ações outorgadas na data da outorga	Valor justo (R\$)	Vigência contratual remanescente	Quantidade de ações vigentes em 30/06/2025
2019 lote 3	21/10/2019	21/10/2025	28.701	9,14	0,31	28.701
2022	03/05/2022	23/03/2025	3.619.618	2,66	-	-
2023	10/05/2023	10/05/2026	4.712.639	5,29	0,86	4.178.476
2024	24/05/2024	18/04/2027	2.068.636	10,20	1,80	1.878.863
2025	26/05/2025	28/05/2028	1.375.725	19,71	2,91	1.375.725
Total						7.461.765



11.3. Movimentação das quantidades de ações por programa:

Programa	Outorgas 2019 2ª subst.	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
Saldo em 31/12/2023	57.402	2.255.925	2.876.843	4.569.680	-	-	9.759.850
Outorgadas	-	-	-	-	2.068.636	-	2.068.636
Prescritas	(28.701)	(19.032)	(202.918)	(374.621)	(178.289)	-	(803.561)
Exercidas	-	(2.236.893)	-	-	-	-	(2.236.893)
Saldo em 31/12/2024	28.701	-	2.673.925	4.195.059	1.890.347	-	8.788.032
Outorgadas	-	-	37.488	-	-	1.375.725	1.413.213
Prescritas	-	-	-	(16.583)	(11.484)	-	(28.067)
Exercidas	-	-	(2.711.413)	-	-	-	(2.711.413)
Saldo em 30/06/2025	28.701	-	-	4.178.476	1.878.863	1.375.725	7.461.765

11.4. Reconhecimento de despesas

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital - ações outorgadas. A quantidade de ações é ajustada de acordo com as prescrições e/ou taxa de saída. As despesas reconhecidas durante o período de seis meses de 2025 e 2024 e a reconhecer são como segue:

Despesas reconhecidas - principal:

Período	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
30/06/2025	-	688	3.465	3.011	133	7.297
30/06/2024	857	1.466	3.950	634	-	6.907

Abaixo demonstramos os encargos com despesas de pessoal calculados com base no valor da ação da data de reporte e da quantidade de ações a serem outorgadas na data base de 30 de junho de 2025 e 2024. Para o cálculo dos encargos, a quantidade é ajustada pelas prescrições, taxa de saída e pelo atingimento da performance. Esses montantes estão contabilizados no Passivo, no grupo de Obrigações Trabalhistas.

Despesas reconhecidas - encargos:

Período	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
30/06/2025	-	5.026	28.240	4.647	62	37.975
30/06/2024	3.992	3.532	4.342	273	-	12.139

**Despesas a reconhecer - principal:**

Período	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
2025	3.517	2.971	4.046	10.534
2026	2.484	5.894	8.028	16.406
2027	-	1.744	8.026	9.770
2028	-	-	3.276	3.276
Total	6.001	10.609	23.376	39.986

12. Estoques**12.1. Política contábil material**

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A estimativa para perda nos estoques é constituída baseada em dados históricos com furtos de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados pelo menos anualmente.

Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento que ocorrem.



12.2. Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	1.197.278	995.293
Estoque de matéria prima	2.427	-
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	5.287	1.860
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	-	76
Ajuste a valor presente	(28.965)	(20.145)
Perdas estimadas	(78.249)	(43.180)
	1.097.778	933.904
Importações em andamento	62.162	98.327
	1.159.940	1.032.231

12.3. Movimentação das perdas estimadas

Movimentação do período:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

(+) Perdas estimadas

(-) Baixa por utilização

Saldo em 31 de dezembro de 2024

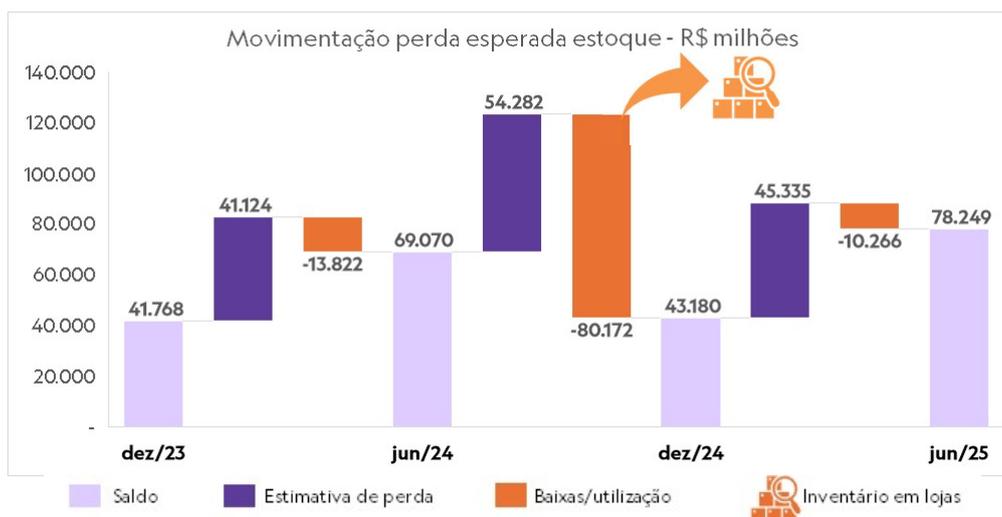
(+) Perdas estimadas

(-) Baixa por utilização

Saldo em 30 de junho de 2025

Controladora e Consolidado

	41.768
(+) Perdas estimadas	95.406
(-) Baixa por utilização	(93.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.180
(+) Perdas estimadas	45.335
(-) Baixa por utilização	(10.266)
Saldo em 30 de junho de 2025	78.249



O Grupo realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".



13. Tributos a recuperar

13.1. Política contábil material

São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais do Grupo, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

13.2. Composição dos tributos a recuperar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Crédito extemporâneo de PIS / COFINS	13.2.1	768.498	804.944	768.498	804.944
PIS/COFINS corrente		315.815	483.947	315.815	483.947
ICMS corrente		133.085	114.458	133.085	114.458
ICMS ações judiciais	13.2.2	109.873	107.560	109.873	107.560
IR/CS - Imposto de renda e contribuição social		40.895	61.390	43.462	61.390
IRRF - Imposto de renda retido na fonte		27.927	20.269	28.624	20.738
Outros (a)		10.383	5.009	10.383	5.009
		1.406.476	1.597.577	1.409.740	1.598.046
Ativo circulante		483.736	469.885	487.000	470.354
Ativo não circulante		922.740	1.127.692	922.740	1.127.692

a) Refere-se, substancialmente, a tributos a restituir, como créditos previdenciários e IPTU.

13.2.1. Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis.

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA.

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018.

**(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS**

Em decisão unânime proferida pelo STJ em recurso repetitivo do Tema 1125 firmou-se a tese que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema com decisões favoráveis, aguardando o trânsito em julgado dos processos.

	Nota	Controladora e Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	(a)	342.715	396.179
Ação Judicial Zona Franca de Manaus	(b)	172.905	167.646
Ação Judicial Lei do Bem	(c)	170.088	163.884
ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS	(d)	82.790	77.234
		768.498	804.944

Movimentações:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial	804.944	664.919
(-) Compensações	(72.941)	(111.258)
(+) Reconhecimento do principal	5.757	61.254
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	30.738	121.453
Saldo final	768.498	736.368

A diminuição das compensações de créditos decorrentes de ações judiciais é resultado da alteração, a partir do segundo trimestre de 2024, da estratégia de compensações, já que a Lei 14.873/2024 modificou a interpretação sobre a prescrição dos créditos judiciais. A Companhia voltou a apuração de PIS/COFINS com os créditos próprios, destinando os créditos extemporâneos para compensação de outros tributos federais.

13.2.2. Créditos relativos ao ICMS**(a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica**

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa como praticamente certo a entrada de benefícios econômicos, em consonância com os requisitos previstos no CPC 25. O saldo atualizado em 30 de junho de 2025 é de R\$90.462 (R\$87.201 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL - venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS - DIFAL nas operações interestaduais



envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado é de R\$18.246 (R\$17.476 em 31 de dezembro de 2024).

13.3. Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar, registrado nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização em 30 de junho de 2025:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	198.373	198.373
2026	485.254	488.518
2027	415.866	415.866
2028	271.843	271.843
2029 a 2031	35.140	35.140
Total	1.406.476	1.409.740
Ativo circulante	483.736	487.000
Ativo não circulante	922.740	922.740

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

14. Depósitos judiciais

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Os valores dos depósitos são corrigidos com base nas taxas oficiais divulgadas no país. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Tributários	105.509	121.164	105.509	121.164
Trabalhistas e Cíveis	22.187	23.771	22.196	23.776
Total	127.696	144.935	127.705	144.940

14.1. Depósitos judiciais com passivo correspondente

A companhia mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a (i) COFINS Importação e (ii) exclusão do ICMS e ISS da Base de cálculo da CPRB. No primeiro semestre de 2025, o montante relacionado a Contribuição Social sobre o adicional de 10% sobre o FGTS de R\$17.433 foi convertido em renda a favor da União (vide nota 27.2.2.a).



15. Outros ativos

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024 Reapresentado (*)	30/06/2025	31/12/2024 Reapresentado (*)
Despesa antecipada - serviços de tecnologia	31.023	19.180	31.023	19.180
Direito contratual - licenciamento (a)	14.087	2.875	14.087	2.875
Despesa antecipada - seguros a apropriar	9.660	2.621	9.660	2.621
Despesa antecipada - benefícios a funcionários	8.320	7.408	8.320	7.408
Despesa antecipada - publicidade I.P.T.U.	7.193	258	7.193	258
Despesa antecipada - serviços diversos	4.507	-	4.507	-
Adiantamentos a funcionários	2.998	6.956	3.038	6.956
Adiantamentos a fornecedores	6.030	1.358	6.231	1.369
Outros créditos	245	-	245	-
	1.740	1.282	1.738	1.282
	85.803	41.938	86.042	41.949
Ativo circulante	81.245	37.186	81.484	37.197
Ativo não circulante	4.558	4.752	4.558	4.752

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 3.4.

(a) Refere-se ao ativo registrado pela empresa decorrente do direito de usar a marca, mediante contrato de licenciamento. Esse direito está vinculado à obrigação de pagamento de uma garantia mínima ao fornecedor, reconhecida como passivo. O passivo é baixado com o pagamento, enquanto o ativo é amortizado conforme ocorre a aquisição dos produtos licenciados.

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1. Política contábil material

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal em situações que requerem interpretação da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos são gerados quando há diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que haverá lucro tributável suficiente para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Administração deve exercer julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros,



juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

16.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

Nota	Saldo em 31/12/2024	Controladora		Saldo em 30/06/2025
		Aumento/(Redução)		
		no no resultado patrimônio líquido		
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	(13.557)	-	367.319
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	(2.751)	-	95.853
Provisão para perda de estoques e contas a receber	19.798	(3.218)	-	16.580
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	(2.354)	-	3.486
Provisão para participação no lucro	33.841	(22.568)	-	11.273
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	1.692	-	106.437
Ajustes a valor justo	-	1.588	-	1.588
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	(2.137)	-	6.152
Ajuste a valor presente FIDC	5.066	366	-	5.432
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	28	-	7.198
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	1.889	-	14.739
Outras	67.141	(13.682)	8.681	62.140
Ativo fiscal diferido	744.220	(54.704)	8.681	698.197
Créditos extemporâneos	(181.402)	12.151	-	(169.251)
Ajustes a valor presente	(16.011)	1.130	-	(14.881)
Ajustes a valor justo	(2.227)	2.227	-	-
Passivo fiscal diferido	(199.640)	15.508	-	(184.132)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	544.580	(39.196)	8.681	514.065



Nota	Saldo em 31/12/2024	Consolidado		Saldo em 30/06/2025
		Aumento/(Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	(13.557)	-	367.319
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	99.637	(2.713)	-	96.924
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.014	(3.146)	-	17.868
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	(2.354)	-	3.486
Provisão para participação no lucro	34.470	(22.971)	-	11.499
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	1.692	-	106.437
Ajustes a valor justo	-	1.588	-	1.588
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	(2.137)	-	6.152
Ajuste a valor presente FIDC	5.066	366	-	5.432
Ajuste de consolidação	(17.317)	(10.667)	-	(27.984)
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	28	-	7.198
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	1.889	-	14.739
Outras	(a) 67.141	(13.682)	8.681	62.140
Ativo fiscal diferido	729.781	(65.664)	8.681	672.798
Créditos extemporâneos	(181.402)	12.151	-	(169.251)
Ajustes a valor presente	(16.011)	1.130	-	(14.881)
Ajustes a valor justo	(2.227)	2.227	-	-
Passivo fiscal diferido	(199.640)	15.508	-	(184.132)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	530.141	(50.156)	8.681	488.666

(a) Inclui provisões de fretes, de despesas operacionais, provisões de benefícios e honorários advocatícios.

16.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 30 de junho de 2025

O Grupo revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	105.624	79.463
2026	102.968	103.730
2027	104.940	104.940
2028	135.889	135.889
2029	125.494	125.494
De 2030 a 2031	84.892	84.892
De 2032 a 2035	38.390	38.390
	698.197	672.798

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização dos tributos diferidos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade desse valor.

**16.4. Conciliação da taxa efetiva**

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro antes dos impostos	274.845	164.072	288.798	170.983
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	(93.447)	(55.784)	(98.191)	(58.134)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	9.328	4.492	-	-
Doações não dedutíveis	(1.435)	(940)	(1.435)	(940)
PAT e Lei de incentivo à cultura	957	40	1.001	42
Brindes e multas não dedutíveis	(580)	(466)	(580)	(466)
IR e CS de exercícios anteriores	685	(251)	685	(218)
Juros atualização SELIC sobre Indébito Tributário	14.022	43.538	14.022	43.549
Prejuízo Operacional	-	-	(69)	(263)
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias	(a) -	-	105	112
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	12	12	48	49
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(70.458)	(9.359)	(84.414)	(16.269)
Corrente	(31.262)	(1.013)	(34.258)	(1.403)
Diferido	(39.196)	(8.346)	(50.156)	(14.866)
	(70.458)	(9.359)	(84.414)	(16.269)
Alíquota efetiva	26%	6%	29%	10%

(a) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, pois não é provável a geração de lucros tributáveis futuros para sua utilização

17. Investimento**17.1. Política contábil material**

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Após a aplicação desse método, a Companhia avalia se é necessário reconhecer uma perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil, reconhecendo a perda na demonstração do resultado.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2. Informações sobre investimento em controladas

Controladas	30/06/2025							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro Líquido	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Diretas								
Orion	99,99%	12.336	(354)	11.982	712	820	11.981	820
C&A Pay Holding	99,99%	203.233	(164)	203.169	-	26.616	203.168	26.616
Total							215.149	27.436
Indiretas								
C&A Pay SCD	100,00%	205.499	(66.222)	139.277	23.733	26.447	139.277	26.447

Controladas	31/12/2024							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro/ (Prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Diretas								
Orion	99,99%	11.342	(604)	10.738	1.648	1.695	10.737	1.695
C&A Pay Holding	99,99%	261.309	(84.397)	176.912	49.456	33.401	176.910	33.401
Moda Lab	99,00%	-	-	-	-	(47)	-	* 36
Total							187.647	35.049
* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab (R\$53) e a equivalência patrimonial R\$55 refere-se ao resultado não realizado nos estoques.								
Indiretas								
C&A Pay SCD	100%	252.202	(84.413)	167.789	49.456	32.844	167.789	32.844

17.3. Movimentação do investimento

	C&A Pay Holding		
	Orion	C&A Pay Holding	Total
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2024	10.737	176.910	187.647
(+/-) Equivalência patrimonial	820	26.616	27.436
(+/-) Dividendos	424	-	424
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	(358)	(358)
Saldos de investimentos em 30 de junho de 2025	11.981	203.168	215.149

18. Imobilizado

18.1. Política contábil material

Os bens são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos impostos recuperáveis. Incluem a estimativa para restauração de loja, quando não incluída em direitos de uso, e são reduzidos por depreciação e estimativa de desvalorização (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens. No início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo de restauração e os métodos de depreciação são revisados. Quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

A avaliação da vida útil considera a expectativa de uso dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e evidências de uma vida útil diferente da registrada. Essa avaliação é documentada em laudo por especialistas do Grupo.



Um item do ativo imobilizado é baixado quando é alienado, quando a entidade perde o controle sobre ele ou quando não se espera mais a geração de benefícios econômicos futuros. Nesse momento, é reconhecido o ganho ou a perda decorrente da operação, mensurado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo.

18.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	30 de junho de 2025
Máquinas e equipamentos	198.971	(112.939)	(9)	86.023
Móveis e utensílios	641.054	(396.327)	(1.514)	243.213
Equipamentos de Informática	296.535	(242.123)	-	54.412
Veículos	20	(20)	-	-
Benfeitorias	1.490.909	(1.048.404)	(3.453)	439.052
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	15.705	-	-	15.705
Ativos em poder de terceiros	227	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	3.086	(1.721)	-	1.365
	2.646.633	(1.801.534)	(4.976)	840.123

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	199.615	(110.478)	(147)	88.990
Móveis e utensílios	607.893	(376.508)	(2.926)	228.459
Equipamentos de Informática	293.980	(229.863)	(91)	64.026
Veículos	20	(20)	-	-
Benfeitorias	1.466.925	(1.030.631)	(2.002)	434.292
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	5.448	-	-	5.448
Ativos em poder de terceiros	227	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	3.780	(1.634)	-	2.146
	2.578.014	(1.749.134)	(5.166)	823.714

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.


18.2.1. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Nota	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições (b)	Depreciação	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 30 de junho de 2025
Máquinas e equipamentos		7%	88.990	-	(3.680)	(148)	723	138	86.023
Móveis e utensílios		11%	228.459	35.207	(22.925)	(1.171)	2.231	1.412	243.213
Equipamentos de informática		20%	64.026	2.909	(12.752)	(62)	200	91	54.412
Benfeitorias	(a)	9%	434.292	73	(36.247)	(3.862)	46.247	(1.451)	439.052
Terrenos		-	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento		-	5.448	59.658	-	-	(49.401)	-	15.705
Ativos em poder de terceiros		-	227	-	-	-	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas		-	2.146	-	(87)	(694)	-	-	1.365
Total			823.714	97.847	(75.691)	(5.937)	-	190	840.123

- (a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.
- (b) Durante o primeiro semestre de 2025, o Grupo adquiriu R\$ 97.847 de ativos imobilizados, dos quais R\$ 38.829 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R\$ 15.464 no primeiro semestre de 2024) e R\$85.821 foram desembolsados em 2025 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2024 (no primeiro semestre de 2024 foram desembolsados R\$13.324, referente aos anos anteriores).

19. Intangível
19.1. Política contábil material

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares, sistemas e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de valor recuperável. Sistemas de informática contempla os gastos com licenciamento de softwares e com o desenvolvimento interno de sistemas.

Os dispêndios com desenvolvimento que correspondem a gastos diretos com pessoal e serviços, são capitalizados como ativos intangíveis quando atendem aos seguintes critérios: viabilidade técnica para conclusão do projeto, intenção e capacidade de uso ou comercialização, geração de benefícios econômicos futuros e possibilidade de mensuração confiável dos custos envolvidos. Os gastos relacionados à manutenção e à pesquisa são reconhecidos diretamente como despesa no resultado do período.

A amortização desses ativos tem início quando estão disponíveis para uso, sendo calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. A vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, e mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos a testes de recuperabilidade realizados anualmente.



19.2. Composição do intangível

19.2.1. Controladora

	30/06/2025				31/12/2024			
	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil
Sistemas de informática	1.419.615	(1.017.771)	(375)	401.469	1.418.493	(973.826)	(6.536)	438.131
Fundo de comércio	76.412	(57.312)	-	19.100	77.413	(56.005)	(575)	20.833
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	18.080	-	-	18.080	18.843	-	-	18.843
Total	1.929.107	(1.075.083)	(375)	853.649	1.929.749	(1.029.831)	(7.111)	892.807

19.2.2. Consolidado

	30/06/2025				31/12/2024			
	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil
Sistemas de informática	1.419.615	(1.017.771)	(375)	401.469	1.418.493	(973.826)	(6.536)	438.131
Fundo de comércio	76.412	(57.312)	-	19.100	77.413	(56.005)	(575)	20.833
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	18.080	-	-	18.080	18.843	-	-	18.843
Total	1.929.107	(1.075.083)	(375)	853.649	1.929.749	(1.029.831)	(7.111)	892.807

O Grupo detém um ativo intangível com vida útil indefinida: o direito de exploração de serviços financeiros. Esse direito foi adquirido em 1º de dezembro de 2021 e não possui prazo determinado para sua utilização. A operação foi registrada pelo valor de aquisição de R\$ 415.000. Embora não tenha havido ágio na transação, em razão da natureza do ativo, anualmente é realizado o teste de recuperabilidade. A liquidação financeira referente à essa aquisição ocorreu em 23 de junho de 2025, pelo valor de R\$650.648 (nota 2.2).

19.3. Movimentação intangível

19.3.1. Controladora

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortizaçã o	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 30 de junho de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(92.712)	(5.632)	55.521	6.161	401.469
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(1.733)	(575)	-	575	19.100
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento		18.843	54.758	-	-	(55.521)	-	18.080
Total		892.807	54.758	(94.445)	(6.207)	-	6.736	853.649

- (a) Durante o primeiro semestre de 2025, o Grupo adquiriu R\$ 54.758 à conta de intangíveis, referente a sistemas. Deste valor, R\$13.327 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R\$31.143 foram desembolsados em 2025, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2024.



19.3.2. Consolidado

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (provisão) Red. Valor Recuperável	Saldo em 30 de junho de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(92.712)	(6.417)	56.306	6.161	401.469
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(1.733)	(575)	-	575	19.100
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	18.843	55.543	-	-	(56.306)	-	18.080
Total		892.807	55.543	(94.445)	(6.992)	-	6.736	853.649

20. Redução ao valor recuperável (Impairment)

20.1. Política contábil material

A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações do Grupo.

Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

Na data base 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Imobilizado	-	-	(4.976)	(5.166)	(4.976)	(5.166)
Intangível	-	-	(375)	(7.111)	(375)	(7.111)
Subtotal	-	-	(5.351)	(12.277)	(5.351)	(12.277)
Direito de uso	(4.900)	(4.900)	-	(6.034)	(4.900)	(10.934)
Total	(4.900)	(4.900)	(5.351)	(18.311)	(10.251)	(23.211)



20.2. Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida

A recuperabilidade do ativo “direito de exploração dos serviços financeiros” é avaliada anualmente com base no método de valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio.

O valor recuperável do ativo “direito de exploração dos serviços financeiros” é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

21. Arrendamentos

21.1. Política contábil material

O Grupo utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que o Grupo teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao sucesso do Grupo na renovação de seus contratos. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Os contratos vencidos que estão em ação renovatória não são considerados, pois ainda não constituem um direito nem é possível determinar qual o valor que esse contrato representa. Baseado no histórico das últimas renovações, em que os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, o Grupo considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

21.2. Taxa de juros incremental

O Grupo determina suas taxas de juros incrementais com base nas curvas de debêntures disponibilizadas pela ANBIMA, que refletem diferentes prazos e níveis de risco no mercado secundário. As taxas extraídas são ajustadas à realidade do Grupo, considerando seu perfil de crédito. As taxas são atualizadas mensalmente e a cada novo contrato de arrendamento.



Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Prazos dos contratos	30/06/2025		31/12/2024	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	9,0 - 9,4	15,1 - 16,2	5,3	12,3
de 3 a 5 anos	6,9 - 8,2	14,3 - 16,1	2,1 - 8,8	6,6 - 15,3
de 5 a 6 anos	6,9 - 7,5	14,1 - 15,6	3,5 - 7,5	11,8 - 15,3
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	6,6 - 9,1	14,2 - 17,2	6,5 - 9,4	11,6 - 16,2

21.3. Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

21.3.1. Movimentação do ativo de direito de uso

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.502.621	27.288	1.529.909	(1.826.876)
Amortização	(182.081)	(3.095)	(185.176)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(93.803)
Pagamentos realizados	-	-	-	266.905
Provisão para custos de desmontagem	5.593	-	5.593	-
Pagamentos antecipados	(580)	-	(580)	-
Contratos novos	17.354	-	17.354	(17.354)
Rescisões contratuais	(27.137)	-	(27.137)	34.472
Remensuração	114.771	27	114.798	(114.798)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.430.541	24.220	1.454.761	(1.751.454)
Passivo circulante				364.353
Passivo não circulante				1.387.101

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R\$ 23.752, e sobre os juros, no valor de R\$ 7.367. Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. Em 2025, houve a renovação de 17 contratos, 6 novos contratos e 3 encerrados.

21.4. Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (7,4% a 17,2%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:



Cenários	Taxa Incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pelo Grupo para os períodos findos em 31 de dezembro 2024, conforme determina o CPC 06 (R2) / IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

31/12/2024				
Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	1.527.976	169.541	344.550	514.091
Cenário 2 (contabilizado)	1.826.876	185.061	358.647	543.708

21.5. Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	30/06/2025		31/12/2024	
	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS (*)	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS (*)
Com vencimento				
Menos de um ano	531.300	(47.351)	522.899	(47.372)
De um a cinco anos	1.351.077	(21.653)	1.407.659	(42.670)
Mais de cinco anos	508.001	-	551.011	-
Total dos pagamentos mínimos	2.390.378	(69.004)	2.481.569	(90.042)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(638.924)	22.959	(654.693)	27.524
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.751.454	(46.045)	1.826.876	(62.518)
Passivo Circulante	364.353		352.734	
Passivo Não circulante	1.387.101		1.474.142	

O direito potencial de PIS/COFINS corresponde ao valor que o Grupo poderá recuperar caso os pagamentos futuros de arrendamentos se realizem. Com a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, esses pagamentos gerarão créditos de PIS e COFINS apenas até 31 de dezembro de 2026, uma vez que essas contribuições serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja alíquota ainda será definida por regulamentação.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, a despesa relativa aos 15 contratos de arrendamento variável foi de R\$2.292 (18 contratos no mesmo período de 2024 no montante R\$



2.704). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$8.878 (R\$ 7.639 no mesmo período de 2024), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

O Grupo não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

21.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 20).

22. Fornecedores

22.1. Política contábil material

Fornecedores representam as obrigações do Grupo decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações, com impacto na rubrica de estoques, para as compras de mercadorias, e fornecedores. Sua realização tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo.

22.2. Composição dos saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias		742.010	716.403	742.010	716.403
Fornecedores – Partes Relacionadas	(a)	69.870	103.085	66.729	98.521
Fornecedor Bradescard	(b)	-	608.563	-	608.563
Fornecedores de materiais, ativos e serviços		382.761	471.068	398.896	487.518
Ajuste a valor presente		(24.681)	(21.544)	(24.681)	(21.544)
		1.169.960	1.877.575	1.182.954	1.889.461
Passivo circulante		1.163.730	1.877.357	1.176.724	1.889.243
Passivo não circulante		6.230	218	6.230	218

(a) Refere-se às transações com C&A Sourcing relacionadas às compras de mercadoria importadas do Oriente

(b) Refere-se ao montante a pagar referente à aquisição do direito de exploração de serviços financeiros, também chamado de “balcão Bradesco” pelo valor de R\$ 415 milhões, que está registrado como ativo intangível. O montante é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo “juros com fornecedores” (nota 32). Em 23 de junho de 2025, o valor corrigido de R\$ 650 milhões foi liquidado.

22.3. Ajuste a valor presente

O Grupo efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram de 1,17% e 0,97%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente dos fornecedores de mercadoria é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada como despesa financeira. Para os demais fornecedores a contrapartida do ajuste a valor presente e a recomposição dos juros são efetuados diretamente como despesa financeira.



23. Obrigações de risco sacado

23.1. Política contábil material

O Grupo firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento receberão o pagamento antecipado das faturas enviadas ao Grupo por meio de instituições financeiras externas. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual o Grupo não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pelo Grupo. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, o Grupo quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. O Grupo não fornece garantias à instituição financeira. Todos os fornecedores a prazo sujeitos ao acordo de financiamento estão incluídos em fornecedores no balanço patrimonial das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais. Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estariam mantidos.

23.2. Composição dos saldos

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações de Risco Sacado	(a) 270.855	350.043	270.855	350.043
Intervalo de vencimento dos pagamentos:				
Passivos que fazem parte das operações de risco sacado	108 dias	107 dias	108 dias	107 dias
Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado	97 dias	90 dias	97 dias	90 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos diretamente do banco com o qual o contrato foi firmado.

O Grupo recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$2.846 referente ao período findo de 30 de junho de 2025 (R\$7.949 durante o mesmo período de 2024). No semestre findo de 30 de junho 2025 a taxa de desconto ficou entre 1,57% a.m. a 1,87% a.m. (ante 1,57% a.m. a 1,87% a.m. durante o mesmo período de 2024).

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2025 não houve antecipação pelos fornecedores diretamente com o Grupo e não houve receita registrada como receita financeira.



24. Empréstimos e debêntures

24.1. Política contábil material

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo relativos aos empréstimos. Os juros pagos de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento são apresentados como atividade de financiamento no fluxo de caixa.



24.2. Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado)

Condições contratadas					Movimentação no ano					Vencimentos			
Descrições	Nota	Taxas a.a.	Emissão	Valor	31/12/2024	Pagamento de principal	Pagamento dos juros e custo de captação	Despesa com Juros, Amortização dos custos e var cambial	30/06/2025	2025	2026	2027	2028
Em moeda nacional													
Debêntures 1ª Emissão série única	(a)	100% CDI+ 2,15%	20/05/2021	500.000	136.178	(134.280)	(9.570)	7.672	-	-	-	-	-
Notas Comerciais escriturais - série única, 1ª emissão	(b)	100% CDI + 2,45%	18/03/2022	250.000	259.262	-	(17.090)	19.098	261.270	11.270	125.000	125.000	-
Debêntures 2ª Emissão 1ª série	(c)	100% CDI + 2,10%	08/04/2022	247.500	188.070	-	(12.920)	13.804	188.954	188.954	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	(c)	100% CDI + 2,40%	08/04/2022	352.500	55.712	(13.702)	(3.914)	3.885	41.981	875	13.702	13.702	13.702
Notas Comerciais escriturais - série única, 3ª emissão	(d)	100% CDI+ 2,70%	22/05/2023	200.000	81.497	(80.400)	(4.463)	3.366	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	(e)	100% CDI + 1,80%	15/07/2024	495.963	521.569	-	(28.355)	36.322	529.536	33.573	-	495.963	-
Notas Comerciais escriturais - série única, 4ª emissão	(f)	100% CDI + 1,50%	27/09/2024	70.000	72.137	-	(4.515)	5.009	72.631	2.631	70.000	-	-
Notas Comerciais escriturais - série única, 5ª emissão	(g)	100% CDI + 1,40%	05/11/2024	80.000	81.336	-	(5.126)	5.677	81.887	1.887	80.000	-	-
(-) Custo de transação					(9.544)	-	(267)	2.882	(6.929)	(1.797)	(3.337)	(1.770)	(25)
Total moeda nacional					1.386.217	(228.382)	(86.220)	97.715	1.169.330	237.393	285.365	632.895	13.677
Em moeda estrangeira													
Capital de giro - modalidade 4.131	(h)	USD + 5,35 %	04/09/2024	USD 17.769	111.796	-	(3.295)	(9.995)	98.506	1.977	96.529	-	-
Total moeda estrangeira					111.796	-	(3.295)	(9.995)	98.506	1.977	96.529	-	-
Total					1.498.013	(228.382)	(89.515)	87.720	1.267.836	239.370	381.894	632.895	13.677
Passivo circulante					456.541				424.660				
Passivo não circulante					1.041.472				843.176				
Swap - capital de giro (*)		100% CDI + 1,40%			(6.551)	-	-	-	4.670				

(*) vide nota 35.2.1.2

**(a) Debêntures 1ª Emissão Série Única**

Descrição: 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme Instrução CVM nº 476.

Custos Incorridos: R\$ 3.619

Valor Apropriado: 30 de junho de 2025: R\$ 204 (2024: R\$ 1.078)

(b) Notas Comerciais Escriturais 1ª Emissão Série Única

Descrição: 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme Instrução CVM Nº 476.

Custos Incorridos: R\$ 1.528

Valor Apropriado: 30 de junho de 2025: R\$ 153 (2024: R\$ 306)

(c) Debêntures 2ª Emissão 2 Séries

Descrição: 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme Instrução CVM nº 476.

Custos Incorridos: R\$ 4.521

Valor Apropriado: 30 de junho de 2025: R\$ 225 (2024: R\$ 2.357)

(d) Notas Comerciais Escriturais 3ª Emissão Série Única

Descrição: 3ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 e da resolução CVM nº 160.

Custos Incorridos: R\$ 3.331

Valor Apropriado: 30 de junho de 2025: R\$ 555 (2024: R\$ 1.665)

(e) Debêntures 3ª Emissão Série Única

Descrição: 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em rito de registro automático nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e da resolução CVM nº 160.

Custos Incorridos: R\$ 8.274

Valor Apropriado: 30 de junho de 2025: R\$ 1.373 (2024: R\$ 1.141)

Exchange da 1ª e 2ª Emissões

1ª Emissão: Em 01 de agosto de 2024, 231.440 debêntures foram baixadas, restando 268.560 debêntures, totalizando R\$ 134.280.

2ª Emissão: Em 02 de agosto de 2024, 62.413 debêntures foram baixadas e, em 05 de agosto de 2024, mais 297.691 debêntures foram baixadas, restando 239.896 debêntures, totalizando R\$ 239.896 (R\$ 185.087 da Primeira Série e R\$ 54.809 da Segunda Série).

(f) Notas Comerciais Escriturais 4ª Emissão Série Única

Descrição: 4ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

(g) Notas Comerciais Escriturais 5ª Emissão Série Única

Descrição: 5ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e da Resolução CVM nº 160.

Custos Incorridos: R\$ 440

Valor Apropriado: 30 de junho de 2025: R\$ 105 (2024: R\$ 35)

(h) Captação Modalidade 4.131

Taxa de Juros: Pré-fixada em 5,35% ao ano, protegida por operação de Swap para reais com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,40% ao ano.

Prazo de Liquidação: 04 de setembro de 2026

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte do Grupo.

24.3. Movimentação dos empréstimos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial	1.498.013	1.687.854
(-) Custo de captação	(267)	(434)
(-) Pagamento de principal	(228.382)	(360.000)
(-) Pagamento dos juros	(89.248)	(110.083)
Total efeito caixa	(317.897)	(470.517)
(+) Juros	98.031	100.617
(+) Amortização dos custos	2.882	2.468
(+/-) Variação Cambial	(13.193)	-
Total sem efeito caixa	87.720	103.085
Saldo final	1.267.836	1.320.422

24.4. Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Os contratos de financiamento e debêntures contêm cláusulas restritivas usuais, que podem resultar em vencimento antecipado caso não sejam cumpridas.

Com base nas cláusulas vigentes, o Grupo deve atender a certos *covenants* financeiros e não financeiros. Os *covenants* financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro, incluem os seguintes principais indicadores:

- I. Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:** Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

Os “covenants” não financeiros são, substancialmente:

- I. Publicação das Demonstrações Contábeis:** A Emissora deve publicar e manter disponíveis suas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.
- II. Sentença Condenatória:** É vedada a existência de sentença condenatória que envolva atos de discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da prostituição ou crimes contra o meio ambiente.

O Grupo monitora periodicamente os indicadores que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade do Grupo de conduzir

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



seus negócios até o momento. Em 30 de junho de 2025, a Companhia cumpria com todas as cláusulas de *covenants*.

25. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Incentivo de curto prazo	41.493	107.633	42.089	109.484
Férias e encargos	91.057	88.671	91.770	89.342
Salários e encargos	47.161	51.937	47.553	52.304
13º salário e encargos	31.960	-	32.245	-
Encargos s/ incentivo de longo prazo (a)	43.573	21.732	43.573	21.732
Outras obrigações (b)	22.383	27.117	22.486	27.274
	277.627	297.090	279.716	300.136
Passivo circulante	261.158	276.780	263.247	279.826
Passivo não circulante	16.469	20.310	16.469	20.310

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

(b) Outras obrigações referem-se, substancialmente, a provisões para obrigações rescisórias e ao imposto de renda pessoal a recolher.

26. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
ICMS	49.655	200.557	49.655	200.557
PIS/ COFINS	65.603	104.641	66.287	105.533
IR/ CSLL	31.563	61.274	34.559	61.993
Outros (a)	6.673	22.406	7.429	23.205
	153.494	388.878	157.930	391.288
Passivo circulante	138.800	373.489	143.236	375.899
Passivo não circulante	14.694	15.389	14.694	15.389

(a) Compreende, substancialmente, ISS, INSS, IOF, entre outros.

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

27.1. Política contábil material

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**27.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recursos financeiros pelo Grupo.

27.2.1. Controladora

	Nota	31/12/2024	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/06/2025
Tributárias	(a)	252.397	4.295	(17.455)	8.619	247.856
Trabalhistas	(b)	35.616	4.825	(10.168)	1.765	32.038
Cíveis	(b)	1.999	1.579	(1.654)	102	2.026
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		290.012	10.699	(29.277)	10.486	281.920

27.2.2. Consolidado

	Nota	31/12/2024	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	30/06/2025
Tributárias	(a)	252.397	4.295	(17.455)	8.619	247.856
Trabalhistas	(b)	35.616	4.825	(10.168)	1.765	32.038
Cíveis	(b)	5.039	1.688	(1.654)	102	5.175
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		293.052	10.808	(29.277)	10.486	285.069

- (a) As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS: Glosa de direito ao crédito de PIS e COFINS relativos a: (i) insumos utilizados na atividade fim e de (ii) créditos de COFINS Importação;

ICMS: Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, entre outros;

Outras Tributárias: Exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta e incidência das contribuições previdenciárias sobre as parcelas descontadas dos empregados a título de vale transporte, vale alimentação, assistência médica e odontológica.

As principais movimentações ocorridas no período findo em 30 de junho de 2025 se deram, substancialmente, em razão de:

- i. Reversão parcial da provisão "Outras Tributárias", em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), relativa ao Tema 846, que em sede de repercussão geral julgou constitucional a contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS. Diante disso, a ação judicial em curso teve decisão definitiva desfavorável, sendo o valor do depósito judicial no montante de R\$17.433 convertido em renda a favor da União.
- (b) A mensuração da provisão para os processos massificados trabalhistas é obtida através da aplicação da média histórica de valores gastos e percentual de perda, considerando a



fase em que o processo de se encontra. Processos trabalhistas em fase de execução são provisionados pelos valores atualizados das causas, com base nos cálculos realizados pelos assessores contábeis. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de junho de 2025. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes.

27.3. Contingências não provisionadas

27.3.1. Contingências tributárias

Em 30 de junho de 2025, o Grupo possui o montante atualizado de R\$ 527.150 (2024: R\$ 513.052), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes. Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

	Nota	Controladora e Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024
PIS/COFINS - Glosa de créditos	(a)	163.605	157.769
IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Momento da tributação	(b)	145.776	139.931
INSS - Compensações não homologadas e outros	(c)	55.553	42.400
ICMS - Glosa de créditos e outros	(d)	70.867	61.484
PIS/COFINS - Compensações não homologadas	(e)	64.796	62.682
Tributos de Importação	(f)	33.288	32.389
IRPJ e CSLL - Compensações não homologadas	(g)	13.616	14.086
Outras demandas		2.401	2.311
		549.902	513.052

- Glosa de créditos relativos as despesas utilizadas como insumos;
- IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Processos administrativos em que se discute o momento da tributação do indébito tributário. A discussão é relativa aos valores de multa e juros;
- INSS - Processos administrativos em que se discute a não homologação de pedidos de compensação de créditos previdenciários e outros.
- ICMS - Glosa de créditos e supostas divergências de estoque. No 1º semestre de 2025, houve o incremento de R\$ 9.640 referente a novos Autos de Infração lavrados pelos Estados do Mato Grosso do Sul e Ceará;
- Não homologação de pedidos de compensação;
- Tributos de Importação - Processos administrativos em que se discute a não inclusão de royalties pagos por uso de marcas licenciadas;
- IRPJ e CSLL - Compensações não homologadas.

**27.3.2. Contingências cíveis e trabalhistas**

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, o Grupo informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas conforme metodologia descrita na nota 27.2.2b.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle do Grupo, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que o Grupo venha a perder.

28. Outros Passivos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações com locatários	(a)	58.956	54.310	58.956	54.310
Crédito de clientes	(b)	6.664	12.722	18.650	22.382
Seguros a repassar		-	-	7.552	9.996
IPTU		2.769	1.004	2.769	1.004
Outros		5.153	6.553	5.191	6.597
		73.542	74.589	93.118	94.289
Passivo circulante		18.508	24.033	38.084	43.733
Passivo não circulante		55.034	50.556	55.034	50.556

- a) Refere-se, substancialmente, a incentivos de aluguel recebidos dos locatários no valor de R\$8.107 (R\$9.613 em 2024), à provisão de R\$44.715 para restaurar a loja à sua condição original (R\$39.941 em 2024) e aos valores em discussão no montante de R\$2.484 (R\$ 1.620 em 2024) em ação revisional.
- b) Refere-se a vales-troca e cartões-presentes válidos e ainda não utilizados pelos clientes, assim como a créditos excedentes, provenientes de pagamentos realizados a maior por clientes do cartão de crédito C&A Pay, que serão abatidos de compras futuras e/ou devolvidos aos clientes.

29. Patrimônio líquido**29.1. Política contábil material**

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

29.2. Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social no valor de R\$ 1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (2024: 308.245.068), das quais a quantidade de ações em circulação é de 138.839.309 ações ordinárias (2024: 141.013.341).



A composição acionária em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada como segue:

Ano/%	COFRA Investment SARL	Incas SARL	COFRA Latin America	Administração	Tesouraria	Ações em circulação
30/06/2025	80.363.049	80.939.166	9.068	2.763.742	5.330.734	138.839.309
%	26,07%	26,26%	0,003%	0,90%	1,73%	45,04%
31/12/2024	80.363.049	80.939.166	17.121	2.288.265	3.624.126	141.013.341
%	26,07%	26,25%	0,01%	0,74%	1,18%	45,75%

Total 2025: 308.245.068

Total 2024: 308.245.068

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 393.000.000 de novas ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

29.3. Ações em tesouraria

Em 18 de abril de 2024, foi comunicado ao mercado a aprovação, em Reunião do Conselho da Administração (RCA), do Programa de Recompra de ações, com duração de 18 meses, iniciando-se em 19 de abril de 2024, com encerramento em 13 de janeiro de 2025, com vistas a atender ao plano de remuneração baseado em ações no âmbito dos planos de compra de ações vigentes e aprovados em Assembleia Geral realizadas em 2 de outubro de 2019 e 28 de abril de 2023.

Em 13 de janeiro de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um novo plano de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, com duração de até 18 meses, iniciando-se em 13 de janeiro de 2025 e terminando em 13 de julho de 2026. A Companhia, nos termos do Novo Plano de Recompra, ora aprovado, poderá adquirir até 5.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitando as limitações estabelecidas na RCVM 77/22.

Programa de recompra de ações (em quantidade de ações em tesouraria)					
Programa	Data de início	Data de término	Total Programa	Total Recomprado	Saldo a Recomprar
1	18/04/2024	13/01/2025	3.000.000	3.000.000	-
2	13/01/2025	13/07/2026	5.000.000	4.163.800	836.200

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em abril de 2025 a Companhia destinou para os participantes no âmbito de planos de incentivos baseados em ações, sem redução do capital social a quantidade de 2.457.192 ações em tesouraria, a um custo médio de R\$ 9,04 por ação, totalizando um montante de R\$22.213.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.650.501	3,21	8.498	20.753
Entrega das ações Plano 2021	(2.026.375)	3,21	(6.497)	
Recompra de ações	3.000.000	10,79	32.364	32.364
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.624.126	9,48	34.365	28.124
Recompra de ações	4.163.800	8,66	36.039	36.039
Entrega das ações Plano 2022	(2.457.192)	9,04	(22.213)	
Saldo em 30 de junho de 2025	5.330.734	9,04	48.191	104.802

29.4. Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as ações outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. É constituída à medida que o serviço é prestado, e é consumida pela liquidação do plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 11.

29.5. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual 5% serão destinados para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2025 é de R\$ 87.831 (2024: R\$ 87.831).

29.6. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou R\$75.720 para a reserva de lucros a realizar que está condicionada a utilização dos créditos de PIS/COFINS da 2ª ação, os quais ainda estão pendentes de utilização, e por este motivo permanecem nesta reserva R\$75.720 em 30 de junho de 2025.

29.7. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro do Grupo e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, baseado no orçamento de capital da Companhia, foram destinados R\$291.293 para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 30 de junho de 2025 é de R\$1.238.905.

29.8. Reserva para incentivos fiscais

O Grupo goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na



demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 30 de junho de 2025 o total da reserva para incentivos fiscais é de R\$36.677 (2024: R\$ 36.677).

29.9. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 35. Adicionalmente, inclui os efeitos da marcação a mercado dos títulos públicos federais, disponíveis para venda, refletindo as variações no valor justo desses ativos ao longo do período.

30. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar (JSCP)

30.1. Política contábil material

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022.

30.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	Nota	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício		452.477
(-) Reserva legal		(22.623)
(-) Reserva de incentivos fiscais		(22.117)
Base de cálculo dos dividendos		407.737
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		101.934
Distribuição dividendos e JSCP		
Distribuição JSCP	(a)	105.000
(-) IRRF sobre JSCP		(14.509)
Dividendos	(a)	11.443
Total a ser distribuído		101.934

(a) Considera valor de R\$53.035 referente ao JSCP e dividendos com partes relacionadas.

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio é de R\$35.700 e foi reconhecido na demonstração de resultado de 2024.



31. Receita líquida

31.1. Política contábil material

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também deve ser satisfeito antes de haver reconhecimento de receita:

31.1.1. Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

31.1.2. Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia. As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, comissões pela venda de recargas e outras comissões.

31.1.3. Recuperação de recebíveis

A controlada Orion reconhece a receita por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

31.1.4. Direito de devolução

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

31.1.5. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os custos incorridos nos centros de distribuição, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e os custos dos serviços prestados, são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita.

31.1.6. Receita de juros

A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira" na demonstração do resultado.



31.1.7. Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito.

O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobrados dos clientes do Bradesco que utilizaram a elas relacionados.

31.1.8. Direitos não exercidos de clientes

A Companhia reconhece uma receita quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados até o prazo de validade.

31.2. Composição da receita líquida

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Venda de mercadorias	4.898.764	4.280.946	4.897.687	4.282.980
Cancelamentos, trocas e vouchers	(276.114)	(264.422)	(276.114)	(264.422)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.145.374)	(981.824)	(1.145.374)	(981.824)
Receita líquida com venda de mercadorias	3.477.276	3.034.700	3.476.199	3.036.734
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros	66.770	86.947	205.810	260.943
Impostos sobre comissões e serviços	(8.624)	(10.561)	(11.464)	(13.060)
Receita líquida com prestação de serviços	58.146	76.386	194.346	247.883
	3.535.422	3.111.086	3.670.545	3.284.617

(a) Trata-se das operações de financiamento do C&A Pay, cuja carteira é originada da SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“SCD”), que é cedida, no dia seguinte à sua originação, a um FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório, o qual registra juros das vendas parceladas e juros de atraso.

32. Resultado por natureza

32.1. Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.631.515)	(1.488.390)	(1.631.670)	(1.488.451)
Gerais e administrativas	(469.023)	(406.593)	(469.648)	(407.293)
Vendas	(1.195.805)	(1.086.711)	(1.203.606)	(1.106.205)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(69.793)	(110.056)
Outras receitas operacionais, líquidas	157.974	103.773	157.189	103.779
	(3.138.369)	(2.877.921)	(3.217.528)	(3.008.226)


32.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal	(227.082)	(189.438)	(227.625)	(190.031)
Material/serviços de terceiros	(99.257)	(72.908)	(99.326)	(72.960)
Depreciação e amortização	(100.917)	(108.054)	(100.917)	(108.101)
Depreciação direito de uso	(11.926)	(11.781)	(11.926)	(11.781)
Ocupação	(5.801)	(3.444)	(5.801)	(3.444)
Outros	(24.040)	(20.968)	(24.053)	(20.976)
	(469.023)	(406.593)	(469.648)	(407.293)

32.3. Despesas com vendas por natureza

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal		(366.240)	(342.618)	(371.743)	(348.939)
Material/serviços de terceiros		(198.287)	(167.792)	(217.270)	(190.620)
Depreciação direito de uso		(156.869)	(153.211)	(156.869)	(153.211)
Depreciação e amortização		(69.275)	(67.313)	(69.275)	(67.313)
Ocupação		(197.144)	(187.290)	(197.144)	(187.290)
Publicidade e Promoção		(88.927)	(66.986)	(88.927)	(66.986)
Outros	(a)	(119.063)	(101.501)	(102.378)	(91.846)
		(1.195.805)	(1.086.711)	(1.203.606)	(1.106.205)

(a) Contempla substancialmente taxa de administradoras de cartão, prêmios, comissões e outras despesas de menor valor

32.4. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Baixa de ativos e encerramento de lojas/CDs	(a)	(3.208)	(20.202)	(3.993)	(20.202)
Créditos e despesas tributárias	(b)	9.918	67.772	9.918	67.772
Reversão (provisão) contingências tributárias	(c)	(2.899)	55.653	(2.899)	55.653
Receita pela cessão dos direitos da carteira Bradescard	(d)	154.275	-	154.275	-
Baixa de arrendamento	(e)	5.860	-	5.860	-
Consultoria estratégica		(3.324)	-	(3.324)	-
Outros		(2.648)	550	(2.648)	556
		157.974	103.773	157.189	103.779

(a) Contempla provisões e reversões de baixa de ativos, descontinuidade de linhas de negócios e multas contratuais;

(b) Em 2025 a recuperação de créditos tributários está demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$3.490 (2024: R\$ 62.880), crédito de recuperação do ICMS (novo conceito interpretativo com base em julgado do STJ) no montante de R\$4.192 e crédito de PIS/COFINS sobre comissão "Minha C&A" no montante de R\$1.495.

(c) Refere-se, substancialmente, a provisão de INSS e ICMS no montante de R\$4.473 e estorno de provisão de PIS e COFINS no montante de R\$1.382. Em 2024 refere-se, substancialmente, a estorno de provisões sobre créditos de PIS e COFINS no montante de R\$35.414 e provisão de INSS e ICMS no montante de R\$11.563.

(d) Refere-se ao reconhecimento pela cessão dos direitos sobre a carteira legada referente ao encerramento da parceria com Bradescard. Valor apresentado está líquido de PIS e COFINS. (Nota 2.2).

(e) Baixa de passivo de arrendamento devido à redução de área de imóvel locado.



33. Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado com Variação Cambial e derivativos				
Empréstimos	(987)	-	(987)	-
Compras	(389)	(10.982)	(389)	(10.982)
	(1.376)	(10.982)	(1.376)	(10.982)
Receitas Financeiras				
Tributos sobre receita financeira	(8.396)	(12.468)	(10.273)	(13.647)
Atualização monetária sobre créditos tributários	46.802	135.618	46.802	135.649
Juros sobre aplicação financeira	65.475	39.893	66.667	45.601
Receita financeira de fornecedores	2.846	7.949	2.846	7.949
Outras receitas financeiras	9.271	2	9.271	2
	115.998	170.994	115.313	175.554
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(98.031)	(100.617)	(98.031)	(100.617)
Juros sobre arrendamento	(86.434)	(74.682)	(86.434)	(74.682)
Despesa financeira de fornecedores - AVP	(54.053)	(51.563)	(54.053)	(51.563)
Juros com fornecedor Bradescard	(42.119)	(32.783)	(42.119)	(32.783)
Atualização monetária sobre impostos e contingências	(11.402)	(10.594)	(11.404)	(10.595)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 9.3)	(29.337)	(19.628)	-	-
Outras despesas financeiras	(4.690)	(2.622)	(4.707)	(2.643)
	(326.066)	(292.489)	(296.748)	(272.883)
Resultado FIDC C&A Pay	(c) 61.800	50.089	-	-
Resultado financeiro com títulos e valores mobiliários	-	-	18.592	2.903
Resultado financeiro líquido	(149.644)	(82.388)	(164.219)	(105.408)

(a) Em junho de 2025 contempla o valor de R\$ 30.738 (R\$ 119.656 em junho de 2024) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$ 1.429 (R\$ 5.564 em junho de 2024) vide nota 13.2.1.

(b) Contempla deságio na compra de créditos de ICMS. Os valores estão líquidos das taxas de comissionamento.

(c) Refere-se à operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



34. Informações por segmentos

A Administração do Grupo definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros. As principais características para cada uma das divisões são as seguintes:

- I. Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios e celulares, tanto em lojas físicas e quanto por meio do e-commerce.;
- II. Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias relacionadas ao cartão C&A Pay.

	Nota	Serviços Financeiros			Eliminação	Consolidado
		Varejo	Parceria Bradescard	C&A Pay		
30/06/2025						
Receita Operacional Líquida	(a)	3.488.481	29.419	177.302	(24.657)	3.670.545
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(b)	(1.631.402)	(268)	(13.526)	13.526	(1.631.670)
Lucro bruto		1.857.079	29.151	163.776	(11.131)	2.038.875
Vendas	(a)	(930.427)	(1.396)	(70.296)	24.657	(977.462)
Gerais e administrativas		(352.731)	(49)	(4.025)	-	(356.805)
Perdas em Créditos, líquidas		-	-	(69.793)	-	(69.793)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.914	154.275	-	-	157.189
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)		576.835	181.981	19.662	13.526	792.004
Depreciação e amortização		(332.982)	(477)	(5.528)	-	(338.987)
Resultado financeiro						(164.219)
Impostos sobre o lucro						(84.414)
Lucro líquido do exercício						204.384

(a) O valor eliminado de R\$24.657 refere-se ao *Merchant Discount Rate (MDR)*, que corresponde à taxa de comissionamento cobrada pela SCD C&A Pay sobre as transações realizadas pela C&A Varejo. Como essa cobrança ocorre entre as empresas do mesmo grupo, o impacto é eliminado quando da consolidação.

(b) O valor eliminado de R\$6.653 refere-se ao custo *funding*, que representa a despesa incorrida pelo C&A Pay para financiar o saldo dos clientes. Esse saldo pode incluir valores em atraso, crédito rotativo ou compras com juros. A receita financeira dessa operação é reconhecida no Varejo. No resultado consolidado, tanto a despesa de *funding* quanto a receita associada à essa transação são eliminadas.



35. Instrumentos financeiros e riscos

35.1. Instrumentos financeiros - Política contábil material

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros.

35.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. No Grupo estão classificados em:

I. Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos

II. Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de *swap* que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira.

III. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários (LFTs) mantidas como disponíveis para venda. O Grupo adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.



35.1.2. Instrumentos financeiros derivativos - Hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Isso ocorre em dois momentos: na nacionalização da mercadoria e na liquidação dos instrumentos financeiros. Nesses momentos, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo e no resultado financeiro, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

35.1.3 Categoria dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros foram detalhadamente resumidos e classificados da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	782.580	1.262.270	832.715	1.403.225
Contas a receber	770.265	1.076.795	1.444.655	1.862.821
Depósitos judiciais	127.696	144.935	127.705	144.940
Subtotal	1.680.541	2.484.000	2.405.075	3.410.986
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.374	10.374
FIDC C&A Pay	616.404	854.604	-	-
Derivativos	746	6.551	746	6.551
Subtotal	617.150	861.155	9.120	16.925
Valor justo por meio outros resultados abrangentes				
Aplicações financeiras	-	-	162.788	158.936
Derivativos	-	18.255	-	18.255
Subtotal	-	18.255	162.788	177.191
Total dos ativos	2.297.691	3.363.410	2.576.983	3.605.102

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Arrendamento mercantil	(1.751.454)	(1.826.876)	(1.751.454)	(1.826.876)
Fornecedores	(1.440.815)	(2.227.618)	(1.453.809)	(2.239.504)
Empréstimos e debêntures	(1.267.836)	(1.498.013)	(1.267.836)	(1.498.013)
Subtotal	(4.460.105)	(5.552.507)	(4.473.099)	(5.564.393)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes				
Derivativos	(23.348)	(319)	(23.348)	(319)
Subtotal	(23.348)	(319)	(23.348)	(319)
Total dos passivos	(4.483.453)	(5.552.826)	(4.496.447)	(5.564.712)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi avaliado em 30 de junho de 2025 e 2024, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos.

35.2. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira do Grupo.

35.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

35.2.1.1. Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de mudanças nas taxas de juros, o que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

O Grupo busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% das operações estão no mercado de créditos e capitais, predominantemente em instrumentos de renda fixa e indexados ao CDI. O Grupo também está exposto ao CDI na operação de Swap relacionado aos empréstimos em dólar.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.



Foram realizados testes considerando cenários para a próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 30 de junho de 2025 (CDI anualizado 14,93%).

		Controladora						
Risco		Saldo em 30/06/2025	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	762.902	CDI	109.551	136.939	164.327	82.163	54.775
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.267.836)	CDI	(217.054)	(271.317)	(325.580)	(162.790)	(108.527)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(504.934)		(107.503)	(134.378)	(161.253)	(80.627)	(53.752)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(70.952)	(88.689)	(106.427)	(53.214)	(35.476)

		Consolidado						
Risco		Saldo em 30/06/2025	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	954.047	CDI	136.817	171.021	205.226	102.613	68.408
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.267.836)	CDI	(217.054)	(271.318)	(325.581)	(162.790)	(108.527)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(313.789)		(80.237)	(100.297)	(120.355)	(60.177)	(40.119)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(52.956)	(66.196)	(79.434)	(39.717)	(26.479)

A receita financeira, está demonstrada líquida de PIS e COFINS (4,65%), e considera-se um rendimento médio de 100,90% do CDI (2024: 100,23%) para a controladora e 100,71% (2024: 100,10%) do CDI no consolidado. Para os empréstimos e debêntures, considera-se 114,66% do CDI (2024: 117,19%)

35.2.1.2. Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias e de empréstimos contratados no exterior denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração do Grupo e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

- I. **Empréstimos:** O Grupo captou empréstimos em moeda estrangeira acrescidos de juros pré-fixados. As despesas com juros e variação cambial são lançadas em contrapartida à conta de "Receitas e despesas financeiras". O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira foi mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi "trocada", conforme demonstrado abaixo:



Moeda	Valor	R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Dólar	17.689	100.000	USD + 5,35%	CDI + 1,40%

II. Importação de mercadoria: O Grupo se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDF's) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido. No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais o Grupo não está protegido. O Grupo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar. A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 27 de junho de 2025. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

	Objeto de hedge	Risco	Nocional USD (Pagar)/Receber	Cenários		
				Cenário Provável USD 1= R\$ 5,70	Cenário Possível +25% USD 1= R\$ 7,13	Cenário Remoto + 50% USD 1= R\$ 8,55
	. Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(50.591)	(12.289)	(84.634)	(156.474)
	. Pagamento de mercadorias importadas		(11.762)	(2.857)	(19.677)	(36.379)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	38.337	9.312	64.134	118.572
	Exposição líquida de pedidos de importação		(24.016)	(5.834)	(40.177)	(74.281)
	Impostos não recuperáveis (36%)		(18.213)	(4.424)	(30.468)	(56.331)
	Exposição líquida total		(42.229)	(10.258)	(70.645)	(130.612)
Objeto de hedge	Captação 4.131	Alta do dólar	17.769	4.316	29.726	54.958
Instrumento de Hedge	Swap cambial	Baixa do dólar	(17.769)	(4.316)	(29.726)	(54.958)
	Exposição líquida		-	-	-	-
	Efeito no resultado líquido de IR/CS		(27.871)	(6.770)	(46.626)	(86.204)

USD em 30/06/2025 = R\$,4571



Instrumentos financeiros derivativos - Designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial do Grupo. Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por vencimento em aberto em 30 de junho de 2025 dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nacional) - USD	Valor a receber (pagar)
NDF	7/2025	7.106	(4.020)
NDF	8/2025	6.542	(3.752)
NDF	9/2025	6.853	(3.645)
NDF	10/2025	6.633	(2.628)
NDF	11/2025	7.048	(2.790)
NDF	12/2025	4.155	(1.097)
Total NDF		38.337	(17.932)
Passivo Circulante			(17.932)

Instrumentos financeiros derivativos - Não designados para hedge accounting

O Grupo administra as suas exposições relacionadas aos empréstimos em dólar por meio da contratação de *Swap*. Essa operação não está designada para *hedge accounting* e é contabilizada a valor justo por meio de resultado (vide Nota 24).

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nacional) - USD	Valor a receber (pagar)
Swap Cambial	set/2026	17.689	(4.670)
Total Swap Cambial		17.689	(4.670)

35.2.2. Risco de crédito

- I. **Caixa e equivalentes de caixa:** De acordo com a política do Grupo, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.
- II. **Recebíveis:** O Grupo possui um cartão próprio chamado de C&A Pay o qual é operado pela controlada SCD - C&A Pay. A SCD cede os recebíveis ao FIDC - C&A Pay, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 9.3).

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Essas estimativas e metodologias poderão ser revisadas para adequar os níveis de estimativa de perda de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

O risco de crédito das demais operações do Grupo é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados por empresas administradoras de cartão de crédito e o risco é integralmente delas.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

35.2.3. Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

- I. Se precaver em momentos de incerteza;
- II. Assegurar a execução da estratégia de investimentos e expansão; e
- III. Observar a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

O Grupo investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados do Grupo:

Em 30 de junho de 2025	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	364.353	966.552	420.549	1.751.454
Empréstimos	424.660	843.176	-	1.267.836
Fornecedores	1.176.724	6.230	-	1.182.954
Obrigações de risco sacado	270.855	-	-	270.855
Total	2.236.592	1.815.958	420.549	4.473.099

35.3. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

O Grupo administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no trimestre findo em 30 de junho de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento				
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	1.267.836	1.498.013	1.267.836	1.498.013
Caixa e equivalentes de caixa	(782.580)	(1.262.270)	(832.715)	(1.403.225)
Aplicações financeiras	-	-	(171.162)	(169.310)
Dívida (caixa) líquida	485.256	235.743	263.959	(74.522)
Participação de acionistas não controladores	-	-	2	4
Total do patrimônio líquido	3.455.688	3.308.484	3.455.690	3.308.488
Índice de alavancagem financeira	14%	7%	8%	-2%

Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento				
Dívida (caixa) líquida sem passivo de arrendamento	485.256	235.743	263.959	(74.522)
Passivo de arrendamento	1.751.454	1.826.876	1.751.454	1.826.876
Dívida líquida ajustada	2.236.710	2.062.619	2.015.413	1.752.354
Total do patrimônio líquido	3.455.688	3.308.484	3.455.690	3.308.488
Índice de alavancagem financeira	65%	62%	58%	53%

35.4. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado do Grupo

	31 de dezembro de 2024	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	30 de junho de 2025
Arrendamentos	1.826.876	(266.905)	93.803	114.798	(17.118)	1.751.454
Empréstimos e debêntures	1.498.013	(317.897)	98.031	-	(10.311)	1.267.836
Total	3.324.889	(584.802)	191.834	114.798	(27.429)	3.019.290

O valor divulgado como remensuração do passivo de arrendamento refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel. Em "outros", trata-se, principalmente, da variação cambial do empréstimo em moeda estrangeira no valor de R\$13.193 e, aos arrendamentos incluindo contratos novos, encerrados e renovados.



36. Seguros contratados

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil, transporte de mercadoria e risco cibernético. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil	345.249	327.619
Patrimônio e Estoque	579.010	538.520
Transporte	73.085	64.873
Risco Cibernético	50.000	50.000
	1.047.344	981.012

37. Plano de aposentadoria

37.1. Política contábil material

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

37.2. Plano de aposentadoria

Em 30 de junho de 2025, o Grupo contribuiu com R\$ 1.325 (R\$ 1.395 em 30 de junho de 2024) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 30 de junho de 2025 é de 3.485 participantes (3.652 em 31 de dezembro de 2024), tendo 204 participantes assistidos (205 em 31 de dezembro de 2024).



Os valores referentes às contribuições realizadas pela C&A em favor de associados, que efetuaram o resgate e se desligaram dos planos administrados pela Cyamprev podem ser utilizados para abater futuras contribuições e por este motivo é considerado um ativo da Companhia. Em 30 de junho de 2025 esse montante era de R\$ 1.694 (R\$1.114 em 31 de dezembro de 2024). A utilização desses valores pela C&A está condicionada à aprovação do Conselho da Cyamprev.

38. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro/(prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro/(prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	30/06/2025	30/06/2024
Resultado básico por ação		
Lucro líquido do exercício	204.384	154.714
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	302.914.334	304.920.942
Lucro básico por ação - R\$	0,6747	0,5074
Resultado diluído por ação		
Lucro líquido do exercício	204.384	154.714
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	302.914.334	304.920.942
Média ponderada das ações outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	36.683.378	5.017.277
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	339.597.712	309.938.219
Lucro diluído por ação - R\$	0,6018	0,4992

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 11.

Em 30 de junho de 2025 e 2024, o plano de remuneração baseado em ações proporcionou diluição.



39. Transações que não envolvem caixa

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa foram:

- I. a aquisição de bens do ativo imobilizado no valor de R\$46.992 (2024: R\$67.911);
- II. a aquisição de intangível no valor de R\$ 17.816 (2024: R\$758); e
- III. reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos foram no montante de R\$17.354 (2024: R\$ 109.321), remensurações de R\$ 114.798 (2024: R\$ 107.303) e contratos encerrados no montante de R\$7.335 (2024: R\$ 14.730).

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Aquisição de bens do ativo imobilizado	46.992	(67.911)
Aquisição de intangível	17.816	(758)
Contratos novos de direito de uso	17.354	109.321
Contratos novos passivo de arrendamento	(17.354)	(109.321)
Remensuração de contratos de direito de uso	114.798	107.303
Remensuração de passivo de arrendamento	(114.798)	(107.303)
Contratos de arrendamento encerrados	7.335	14.730